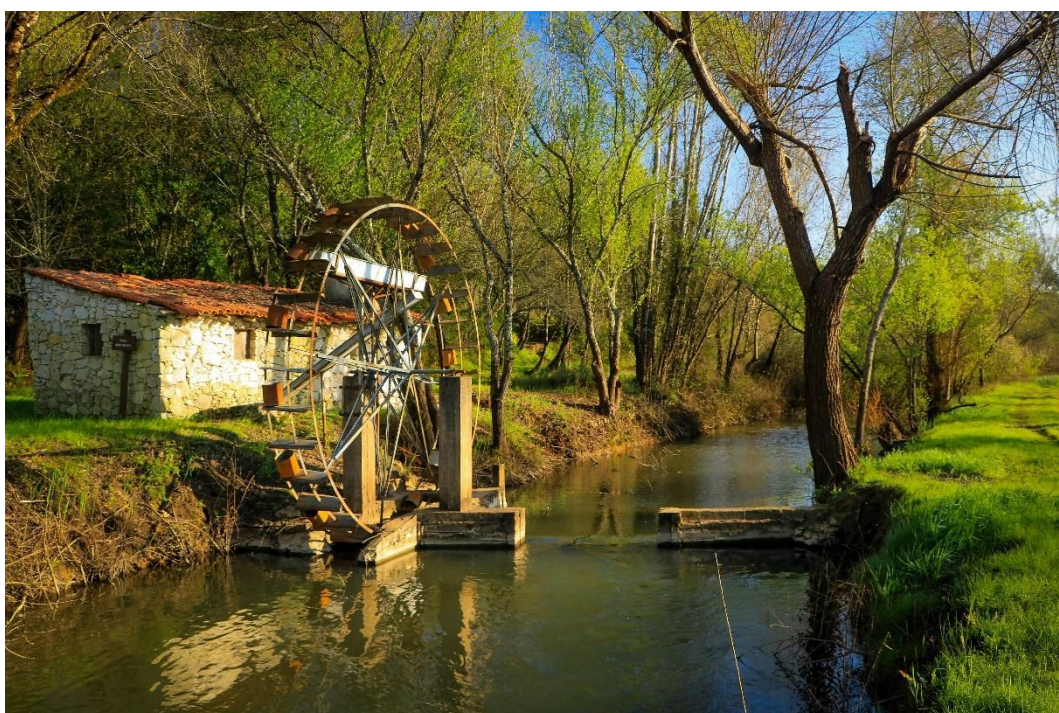


Reserva Natural do Paul de Arzila

Proposta de Plano de Cogestão 2024-2026



Índice

Conteúdo

1. Enquadramento	1
2. Modelo de Cogestão.....	2
2.1 Cogestão das Áreas Protegidas	2
2.2 Comissão de Cogestão.....	3
2.3 Conselho Estratégico	3
2.4 Missão, Visão e Valores	4
2.5 Compromisso Estratégico.....	5
Compromisso Estratégico I: Educação Ambiental e Sensibilização	5
Compromisso Estratégico II: Valorização e Promoção da Visitação e do Território	5
Compromisso Estratégico III: Comunicação e Envolvimento da Comunidade local	5
Compromisso Estratégico IV: Ciência E Inovação	6
3. Caracterização da Área Protegida da Reserva Natural do Paul de Arzila.....	7
3.1 Território, população e economia	8
3.2 Clima.....	10
3.2.1 Temperatura e precipitação	10
3.2.2 Vento	11
3.3 Geologia	11
3.4 Geomorfologia.....	11
3.5 Hidrologia	11
3.6 Valores Naturais	12
2.6.1 Unidades ecológicas	12
2.6.1.1 Áreas com ocupação agrícola.....	12
2.6.1.2 Florestas e Meios Semi-naturais	13
2.6.1.3 Zonas Húmidas	13
2.6.1.4 Pauis de água doce, permanentes ou lagos.....	13
2.6.1.5 Terrenos agrícolas inundados sazonalmente.....	14
2.6.1.6 Canais.....	14
2.6.2 Flora e vegetação	14
2.6.3 Fauna	15
2.6.4 Funga.....	17
2.6.5 Valor e paisagem cultural	17
3.7 Plano de Ordenamento	19
3.8. Ocupação do Solo.....	20

3.9	Visitação	22
4.	Diagnóstico prospetivo da Área Protegida (análise SWOT)	24
4.1	Fatores Críticos	25
4.2	Posicionamento Estratégico, eixos estratégicos e áreas-chave.....	25
5.	Auscultação e envolvimento de atores chave	26
5.1	Atores chave	26
5.2	Auscultação de atores	26
5.3	Resultados da Auscultação	27
5.4	Consulta Pública	27
6.	Programa de medidas e ações prioritárias	29
7.	Instrumentos e linhas de financiamento.....	32
8.	Monitorização	33
	Indicadores de realização obrigatórios	33
9.	Publicitação e divulgação.....	34
10.	Bibliografia	35

Índice de Figuras

Figura 1. Enquadramento da Reserva Natural do Paul de Arzila (Fonte: ICNF).....	7
Figura 2. Bunho (<i>Scirpus lacustris</i>), planta usada na atividade tradicional nomeadamente para fabrico das esteiras.	14
Figura 3. Garça Vermelha (<i>Ardea purpurea</i>), símbolo da Reserva Natural do Paul de Arzila	16
Figura 4. Corte do bunho (<i>Scirpus lacustris</i>)(A) e fabrico das esteiras no tear (B).....	18
Figura 5. Planta-síntese da área de intervenção do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004, de 19 de junho (imagem retirada e adaptada do https://geocatalogo.icnf.pt/catalogo	19
Figura 6. Ocupação do solo da Reserva natural do Paul de Arzila (Fonte: Carta da Ocupação do Solo 2018, DGT).	21
Figura 7. Infraestruturas da RNPA	22
Figura 8. Percurso da RNPA	22
Figura 9. Número de visitantes anuais contabilizados desde 1988 a 2022 na Reserva Natural do Paul de Arzila.	23

Índice de Tabelas

Tabela 1. População residente nas freguesias onde está inserida a Reserva (INE, 2021a)	9
Tabela 2. Grupos etários nas freguesias onde está inserida a Reserva (INE, 2021a)	10
Tabela 3. Habitats presentes na RNPA segundo a Diretiva Habitats (92/43/CEE).....	12
Tabela 4. Classificação das zonas húmidas presentes na Reserva Natural do Paul de Arzila, de acordo com a Convenção de Ramsar, com o respetivo código e área (hectares).....	13
Tabela 5. Ocupação do solo da Reserva natural do Paul de Arzila	21

Índice de Anexos

Anexo 1. Lista da Flora Vascular da RNPA	
Anexo 2. Lista da Fauna da RNPA	
Anexo 3. Lista da Funga da RNPA	
Anexo 4. Tabelas das medidas e ações	

Abreviaturas e Siglas

AIA – Avaliação de Impacte Ambiental

AP – Área Protegida

CCDR - Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional

CM – Câmara Municipal

CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente

EM – Estrada Municipal

ENCNB 2030 – Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030

ESAC – Escola Superior Agrária de Coimbra

Fig. – Figura

ha – Hectares

IBA – Important Bird Area

IC – Itinerário Complementar

ICNF, I.P. – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas

Km – Quilómetro

N – Nacional

ONGA – Organização Não Governamental de Ambiente

PORNPA – Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila

RCM – Resolução do Conselho de Ministros

RJCNB – Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

RNPA – Reserva Natural do Paul de Arzila

Séc. – Século

SWOT – Strengths; Weaknesses; Opportunities; Threats (Processo de análise de Forças; Fraquezas; Oportunidades; Ameaças)

UC – Universidade de Coimbra

1. Enquadramento

O plano de cogestão é o instrumento orientador de gestão da comissão de cogestão da Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA), que *“determina a estratégia a implementar com vista a valorizar e promover o território, sensibilizar as populações locais e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores, devendo integrar um programa de medidas e ações que concretizam essa estratégia”*, cfr. alínea a), n.º 1, artigo 12º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, alterado pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro.

O plano de cogestão constitui o referencial estratégico de gestão da área protegida (AP) para o período 2024 – 2026, e visa criar uma dinâmica partilhada de valorização desse espaço natural, tendo por base a sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural com incidência específica nos domínios da **promoção, sensibilização e comunicação** onde são apresentadas de forma resumida, com base nas informações disponíveis, as principais características do território e a estratégia a implementar.

O plano foi elaborado pela comissão de cogestão em observância dos preceitos legais e procedimentos aplicáveis, aplicando-se aos limites dos concelhos de Coimbra, Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho, com prioridade na área da RNPA.

O plano de cogestão da cogestão da RNPA para o triénio 2024 – 2026, que inclui os indicadores de realização estabelecidos no Anexo à Portaria n.º 67/2021, de 17 de março, esteve posteriormente em Consulta Pública, durante 20 dias úteis (de X a XX de XXXXX de 2024), tendo sido aprovada a versão final pela comissão de cogestão, em XXXX 2023, após a ponderação da consulta pública e parecer favorável pelo conselho estratégico da área protegida a XXXX de 2024, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação.

Foi aprovado pela comissão de cogestão, a XX de XXXX de 2024, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação.

2. Modelo de Cogestão

2.1 Cogestão das Áreas Protegidas

A cogestão das áreas protegidas foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, alterado pela Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro, aplica-se às áreas protegidas que constituem a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) nos termos do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNB), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual (n.º 2 do artigo 1º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, alterado pela Lei n.º 63/2003, de 16 de novembro).

Encontra-se ancorada na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), e concretiza a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelecida pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

A cogestão das áreas protegidas incide nos domínios da **promoção**, **sensibilização** e **comunicação** e rege-se pelos princípios e normas legais regulamentares aplicáveis às áreas protegidas, em especial as previstas no Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua atual redação, que estabelece Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNB) e na Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 55/2018, de 7 de maio que estabelece a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030). Não inclui, entre outras competências, a prática de atos reservados por lei ou regulamento à autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, nomeadamente a prática de atos permissivos relativos a atividades condicionadas na área protegida.

Pretende ser uma forma de gestão de proximidade estruturada num modelo participativo e colaborativo, nos territórios que integram as áreas protegidas procurando o desenvolvimento económico e social dos territórios que as integram.

O modelo de cogestão tem por objetivos:

- a) Criar uma dinâmica partilhada de valorização da área protegida, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação;
- b) Estabelecer procedimentos concertados que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais e na resposta às solicitações da sociedade, através de uma maior articulação e eficiência das interações entre o ICNF, I. P., os municípios e demais entidades públicas competentes;
- c) Gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável da área protegida.
- d) Contribuir, ao nível da devida articulação entre entidades presentes na área protegida, para os objetivos de conservação da natureza, de proteção da biodiversidade e de restauro ecológico;
- e) Contribuir para a resiliência do território onde se insere a área protegida e para a gestão efetiva dos seus riscos naturais, reforçando a coordenação e a articulação institucional.

A adoção do modelo de cogestão na Reserva Natural do Paul de Arzila foi requerida pelos Municípios de Coimbra, Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho a 21 de dezembro de 2021, nos termos do n.º 2 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, na sua atual redação, com designação do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra para presidir à primeira comissão de cogestão.

2.2 Comissão de Cogestão

A comissão de cogestão é constituída pelos municípios integrantes da área protegida, pela autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, e por entidades com conhecimento técnico-científico e saberes aplicados, que possam contribuir para a aplicação das políticas de conservação, valorização e competitividade do território.

Constituída através do Despacho n.º 12610/2022, de 28 de outubro, a comissão de cogestão da Reserva Natural do Paul de Arzila tem a seguinte composição:

- a) O presidente da Câmara Municipal de Coimbra, que preside à comissão de cogestão, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova;
- b) O diretor regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro, sendo substituído, nas situações de impedimento ou ausência, pelo chefe de divisão de Cogestão de Áreas Protegidas do Centro;
- c) O Representante da Universidade de Coimbra;
- d) O Representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas, designado pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- e) O Representante da Escola Superior Agrária de Coimbra;
- f) O Representante da Associação dos Amigos do Paul de Arzila;
- g) O Representante de Entidade Regional de Turismo do Centro.

A comissão de cogestão da RNPA foi designada para um mandato não inferior a 4 anos.

Com a publicação da Lei n.º 63/2023, de 16 de novembro que revê o modelo de cogestão de áreas protegidas e altera o Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, a comissão de cogestão vai passar a integrar um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) territorialmente competente.

2.3 Conselho Estratégico

Para além da comissão de cogestão, o Conselho Estratégico (CE) da Reserva Natural do Paul de Arzila é também uma entidade envolvida na cogestão da área protegida, com regras de funcionamento e agenda próprias, assumindo um papel de natureza consultiva, preponderante na tomada de decisão do Modelo criado em cada área protegida de âmbito nacional.

O Conselho Estratégico da Reserva Natural do Paul de Arzila foi constituído pelo Despacho n.º 6076/2015, de 4 de Julho e integram as seguintes entidades:

- a. Um representante do ICNF, I. P.;
- b. Um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;

- c. Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente;
- d. Um representante da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- e. Um representante da Câmara Municipal de Coimbra;
- f. Um representante da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova;
- g. Um representante da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho;
- h. Um representante da Junta de Freguesia de Pereira do Campo;
- i. Um representante da Junta de Freguesia da Anobra;
- j. Um representante da União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila;
- k. Um representante da Universidade de Coimbra;
- l. Um representante da Escola Superior Agrária de Coimbra;
- m. Um representante das Associações de Agricultores;
- n. Um representante da Entidade Regional de Turismo do Centro;
- o. Um representante dos Operadores de Turismo de Natureza;
- p. Um representante das Associações de Desenvolvimento local/regional;
- q. Um representante das Organizações Não Governamentais de Ambiente, de âmbito regional ou de âmbito nacional com intervenção na área da RNPA;
- r. Até três individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional

No âmbito específico da cogestão da área protegida compete ao conselho estratégico:

- a) Apreciar e emitir parecer prévio sobre o plano de cogestão da área protegida, incluindo os indicadores de realização propostos;
- b) Apreciar e emitir parecer sobre o plano anual de atividades e orçamento, bem como sobre o relatório de execução de atividades anual relativo à cogestão da área protegida;
- c) Apreciar quaisquer outros instrumentos ou assuntos relativos à cogestão da área protegida que lhe sejam submetidos pela comissão de cogestão;
- d) Apoiar a comissão de cogestão na identificação dos instrumentos e linhas de financiamento de apoio à execução do plano de cogestão da área protegida, bem como dos potenciais beneficiários;
- e) Identificar e analisar problemas que revelam natureza sistémica e que afetam a área protegida, propondo soluções e elaborando recomendações à comissão de cogestão;
- f) Apoiar a execução de medidas e ações do plano de cogestão da área protegida, nomeadamente através do disposto no número seguinte.
- g) Apreciar e emitir parecer nos casos em que, pelo menos, 50 % dos municípios abrangidos por uma área protegida de âmbito nacional proponham junto do ICNF, I. P., a adoção do modelo de cogestão.

2.4 Missão, Visão e Valores

A Missão, Visão e Valores definidos para a implementação do modelo de cogestão na RNPA são os seguintes:

Missão: Contribuir para a salvaguarda dos valores naturais, históricos e culturais presentes na RNPA, com base numa estratégia de gestão conjunta orientada para a sensibilização, promoção e comunicação, incluindo a compatibilização com as atividades humanas desenvolvidas no

território, valorizando-as e promovendo o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades locais, como legado para as gerações futuras.

Visão: Afirmar-se como uma referência de gestão colaborativa e participativa de maior proximidade, inovando nas boas práticas de gestão e reconhecendo a área protegida como área de demonstração em que é possível fazer diferente, trabalhando em rede, envolvendo as populações e os atores chave, na promoção da defesa do capital natural português.

Valores: educação, envolvimento, comunicação, sustentabilidade, apreciação

2.5 Compromisso Estratégico

A comissão de cogestão da RNPA, tendo como objetivos principais a promoção, a sensibilização e a comunicação da área protegida, e com o intuito de aumentar a consciencialização sobre a importância da natureza e da cultura, promover uma boa experiência aos visitantes, envolver ativamente a comunidade local e aprimorar as estruturas de visitação, assumiu os seguintes compromissos estratégicos:

Compromisso Estratégico I: Educação Ambiental e Sensibilização

Apostar em programas educacionais, visitas guiadas, workshops e materiais educativos, envolvendo escolas, comunidades locais e visitantes, fornecendo informações sobre os ecossistemas e a biodiversidade presente na mesma e incentivando práticas de preservação ambiental.

Desenvolver uma compreensão mais profunda do valor ecológico da RNPA, capacitando as pessoas a tornarem-se defensoras ativas da natureza e a tomar medidas para proteger e preservar o território para as gerações futuras.

Compromisso Estratégico II: Valorização e Promoção da Visitação e do Território

Criação e melhoramento de trilhos, pontos de observa o estratégicos e desenvolvimento de programas de turismo sustentável, para proporcionar uma boa experiência aos visitantes, destacando a riqueza natural e cultural da região.

Divulga o por meio de materiais informativos, campanhas de marketing e presença online fortalecida para promover a reserva, encorajando as pessoas a descobrirem e a envolverem-se na conserva o do património natural.

Melhorar as infraestruturas de visita o para facilitar o acesso ao território, aumentar a compreensão sobre os ecossistemas presentes e proporcionar oportunidades de contempla o e conexão   natureza, incentivando assim a sua conserva o e a aprecia o do património natural e cultural.

Compromisso Estratégico III: Comunica o e Envolvimento da Comunidade local

Envolver ativamente a comunidade local nas decisões e nas atividades, por meio de canais de comunica o abertos, reuniões, palestras, cursos formativos e programas de voluntariado para garantir que os interesses e as perspetivas locais sejam considerados, fortalecendo o sentimento de empatia e responsabilidade compartilhada pela preserva o do património natural e cultural.

Compromisso Estratégico IV: Ciência E Inovação

Criar parcerias com instituições académicas e científicas para elaboração de estudos que visem compreender a biodiversidade local, ecossistemas e impactos ambientais, por forma a ajudar a desenvolver estratégias de gestão mais eficientes e adaptativas.

Promover a inovação tecnológica para melhorar a monitorização ambiental, a educação ambiental e a experiência dos visitantes.

3. Caracterização da Área Protegida da Reserva Natural do Paul de Arzila

A Reserva Natural do Paul de Arzila (RNPA) localiza-se na Região Centro (NUT I), na Região de Coimbra (NUTIII), numa fração do vale percorrido pela Ribeira de Cernache, um afluente da margem esquerda do rio Mondego.

Está inserida na União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila, e nas freguesias de Pereira e Anobra, pertencentes, respetivamente, aos concelhos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Condeixa-a-Nova distanciando-se aproximadamente 10 Km da cidade de Coimbra, e, de cerca de 12 Km de Condeixa-a-Nova e de Montemor-o-Velho (Fig. 1).

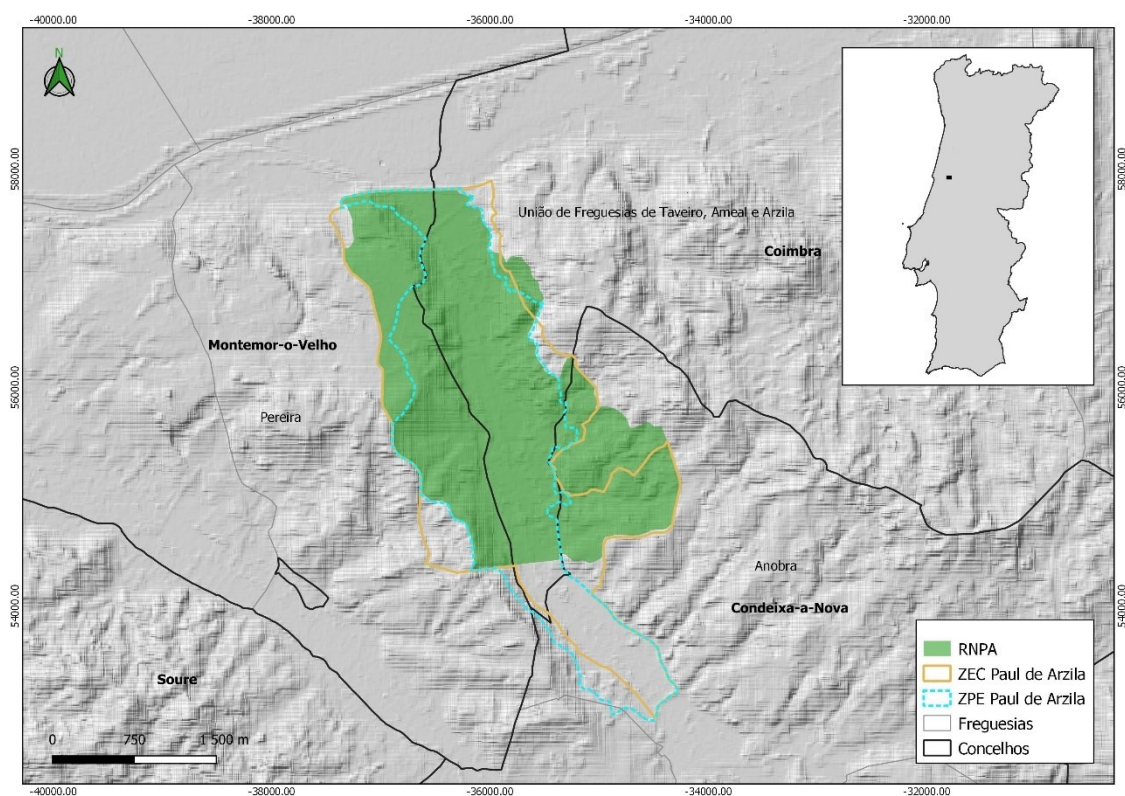


Figura 1. Enquadramento da Reserva Natural do Paul de Arzila (Fonte: ICNF)

Abrange uma área de 586,72 hectares (ha) e distribui-se da seguinte forma pelas três freguesias:

- 248,76 ha na União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila (pertencente a Coimbra);
- 206,69 ha na freguesia de Pereira (pertencente a Montemor-o-Velho);
- 131,27 ha na freguesia de Anobra (pertencente a Condeixa-a-Nova).

As principais vias de acessos à RNPA são:

- Por Coimbra - IC2 na direção de Alfarelos, até Arzila;
- Por Condeixa-a-Nova - N 347 até Sebal, seguir a EM607 e a EM605 até a Anobra, e de Anobra até Arzila continuando EM 605
- Por Montemor-o-Velho - N347 até Alfarelos, depois seguir a N341 até Pereira seguindo até Arzila.

A RNPA foi criada a 27 de junho de 1988 pelo Decreto-Lei n.º 219/88, de 27 de junho, com o intuito de proteger um dos paus da região centro de Portugal e assim, responder à necessidade

de impedir o crescente desaparecimento de zonas húmidas, consideradas como locais de particular relevância para a biodiversidade e para a conservação da avifauna migratória.

Foi, posteriormente, reclassificada pelo Decreto Regulamentar n.º 45/97, de 17 de novembro onde se estabeleceram os seus limites, e em 2004 aprovado o Plano de Ordenamento pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004, de 19 de junho.

Para além de integrar a Rede Nacional de Áreas Protegidas de âmbito nacional, acumula ainda vários estatutos de proteção e reconhecimento internacional, designadamente:

- Important Bird Area in Europe (IBA;1986).
- Biótopo CORINE (C 12200031 / 1987);
- Reserva Biogenética do Conselho da Europa (1990);
- Sítio Ramsar (1996);
- Zona de Proteção Especial do Paul de Arzila - PTZPE0005 (1999)
- Zona Especial de Conservação Paul de Arzila - PTCON0005 (2020);

3.1 Território, população e economia

Arzila é uma localidade situada na união das freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila, no concelho de Coimbra, com uma população de 3997 habitantes (Tabela 1 - (INE, 2021a)).

A união de freguesias foi constituída em 2013, no âmbito de uma reforma administrativa nacional, pela agregação das antigas freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila e tem uma área de 24,34 km².

Com base nos dados do INE (2021a), é constituída por mais mulheres do que homens e houve um declínio de cerca de 7% na sua população (tabela 1).

Mais de 75% da população possui idade superior a 25 anos, sendo que cerca de 53 % tem entre os 25 e os 64 anos (tabela 2 - (INE, 2021a)).

A maior parte da população tem como profissão as atividades intelectuais e científicas, os serviços pessoais, de proteção, de segurança, vendedores e trabalhos não qualificados (INE, 2021b).

Anobra é uma freguesia do concelho de Condeixa-a-Nova, com um número de 1249 habitantes e tem uma área de 12,82 km² (INE, 2021a).

É constituída por mais mulheres do que homens e houve um declínio de cerca de 5 % na sua população, sendo que o declínio de número de homens residentes foi mais proeminente que o número de mulheres (tabela 1 - (INE, 2021a)).

Possui valores de faixas etárias bastante idênticas à União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila, sendo que a população entre os 25 e os 64 anos representa cerca de 55% e a população com mais de 65 anos representa cerca de 23 % (tabela 2 - (INE, 2021a)).

A maior percentagem da população tem como profissão os serviços pessoais, de proteção, de segurança, vendedores e os trabalhos não qualificados (INE, 2021b).

A freguesia de Pereira localiza-se no concelho de Montemor-o-Velho, e possui 3499 habitantes com uma área de 12,34 km².

É constituída por mais mulheres do que homens e houve um aumento de cerca de 7 % na sua população, particularmente no número de novas mulheres residentes (tabela 1 - (INE, 2021a)).

Com base nos dados do INE (2021), quanto aos grupos etários, apesar de Pereira ser representado maioritariamente pela população que situa entre os 25 e os 65 anos, tal como as outras duas freguesias, o segundo maior grupo é composto pela população entre os 0 e os 14, com cerca de 20% (INE, 2021a).

A maior parte da população tem como profissão as atividades intelectuais e científicas e os serviços pessoais, de proteção, de segurança, e vendedores (INE, 2021b).

Tabela 1. População residente nas freguesias onde está inserida a Reserva (INE, 2021a)

Freguesia	Sexo	2011	2021	Variação
União de freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila	Homem	2042	1901	-6.9%
	Mulher	2243	2096	-6.6%
	Total	4285	3997	-6.7%
Anobra	Homem	645	601	-6.8%
	Mulher	671	648	-3.4%
	Total	1316	1249	-5.1%
Pereira	Homem	1612	1676	4.0%
	Mulher	1653	1825	10.2%
	Total	3265	3501	7.2%

Tabela 2. Grupos etários nas freguesias onde está inserida a Reserva (INE, 2021a)

Freguesia	Faixa Etária	N.º de residentes	% da população
União de freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila	0-14	410	10,26
	15-24	391	9,78
	25-64	2124	53,14
	65+	1072	26,82
	Total	3997	100
Anobra	0-14	151	12,09
	15-24	125	10,00
	25-64	686	54,92
	65+	287	22,98
	Total	1249	100
Pereira	0-14	679	19,39
	15-24	245	7,00
	25-64	1956	55,87
	65+	621	17,74
	Total	3501	100

3.2 Clima

3.2.1 Temperatura e precipitação

A Reserva Natural do Paul de Arzila, pertence à região de Coimbra que de acordo com a classificação climática de Köppen é do tipo Csb, enquadrando-se num clima temperado mediterrânico com um verão seco e suave (IPMA, 2023). Este tipo de clima é caracterizado falta de ocorrência de um mês com temperaturas médias superiores a 22°C, um inverno chuvoso com temperaturas médias superiores a 0°C, e o mês mais húmido (geralmente dezembro; com 126,2 mm de precipitação média anual) tendo pelo menos três vezes mais precipitação do que o mês mais seco (geralmente julho; com 10,9 mm de precipitação média anual) cuja a precipitação tem de ser inferior a 30 mm neste mês (IPMA, 2023).

A previsão do clima para este século, na região de Coimbra indica que haverá aumentos médios da temperatura para as médias da máxima, da média e da mínima anual, podendo estas variar de cerca de 1,6°C a 3,9°C (CM Coimbra, 2021). É esperado que os maiores aumentos de temperaturas ocorram nos meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro havendo, consequentemente, uma extensão do verão até outubro e que os invernos se tornem mais amenos (CM Coimbra, 2021).

No caso da precipitação para a região de Coimbra há a indicação, segundo os modelos de previsão, que haverá uma redução da precipitação média à escala anual até final de do séc. XXI, de acordo com os cenários climáticos (CM Coimbra, 2021). É uma tendência de concentração da precipitação no inverno e que, por conseguinte, uma redução da precipitação na primavera, no verão e no outono. Com esta alteração significativa do regime anual de precipitação ao longo do século, é expectável o aumento da severidade de atuação do mesmo. Espera-se também um aumento de dias sem chuva (CM Coimbra, 2021).

3.2.2 Vento

A velocidade média dos ventos apresenta pouca variabilidade anual, sendo ligeiramente superior no mês de dezembro(mais ou menos 10 km/h) (CM Coimbra, 2021). Os meses com maior número de horas de vento são julho, agosto e outubro. O rumo dominante é de Noroeste, com exceção do Inverno, onde os rumos dominantes são de Sudeste (CM Coimbra, 2021). Ocorrem maioritariamente ventos fracos (menos de 15 km/h) e é esperado que esta tendência não se altere significativamente ao longo deste século (CM Coimbra, 2021).

3.3 Geologia

De acordo com a carta geológica(LNEG, 2019), o esboço geológico do Paul de Arzila, apresenta as seguintes unidades geológicas:

- “Areias e Argilas de Taveiro” (Cretácico Superior)
- Terraços fluviais (Quaternário)
- Aluviões + Coluviões (Quaternário)

Nenhuma destas unidades apresenta valor geológico com particularidades de valor ou excecionalidade ou de interesse regional ou nacional.

3.4 Geomorfologia

Quanto às características geomorfológicas, a RNPA exhibe características geomorfológicas suaves, que determinam a existência de um relevo considerado aplanado e de baixa altitude, constituído por pequenas colinas e um vale largo (ICNF, 2004). O vale é aberto e assimétrico, possuindo declives mais acentuados na encosta Oeste do que na Encosta Este (ICNF, 2004).

O comprimento total da RNPA é de aproximadamente 3,5 Km, sendo que, a zona apaulada se estende por 3 Km. A largura da Reserva Natural é menor na metade Norte, onde se regista a largura mínima de 1,25 Km sensivelmente, e, é maior na metade Sul, onde a largura máxima é de cerca de 2,5 Km. A altitude da RNPA varia entre os 5 metros na planície aluvial e os 87 metros na encosta Oeste (ICNF, 2004).

3.5 Hidrologia

A RNPA integra a parte terminal da sub-bacia hidrográfica da Ribeira de Cernache, na bacia hidrográfica do rio Mondego, , um afluente na margem esquerda (ICNF, 2004). É atravessada por três linhas de água:

- Vala da Costa
- Vala do Meio
- Vala dos Moinhos ou Vala do Monte

A Vala da Costa, a oeste converge com a Vala do Meio, em frente à povoação de Arzila. Esta vala mais tarde conflui com a Vala dos Moinhos junto à ponte do Paço que mais a jusante converge com outra vala (Vala da Remolha ou Vala do Sul), formando a Vala de Pereira que desagua no rio Mondego, na localidade de Santo Varão, no concelho de Montemor-o-Velho. A Vala do Meio foi aberta com o intuito de drenar os terrenos situados entre as outras duas valas, que eram cultivados com arroz, até ao final dos anos 70, e só assim era possível o seu cultivo pois, a

existência de exsurgências (localmente designadas por olheiros) levava ao alagamento permanente (ICNF, 2004). Estes terrenos desenvolviam desde a Ponte da Melhora até sensivelmente a metade da atual Área de Proteção Total (APT).

3.6 Valores Naturais

Devido à sua importância ornitológica, foi atribuído aos paus do Baixo Mondego e, em particular, à RNPA vários estatutos de classificação, pois são uma zona de passagem outonal para as aves migradoras transarianas, atuando como área de alimentação e repouso para várias espécies, abrigo para várias espécies nidificantes estritamente paludícolas e local de invernada de espécies paleárticas.

Um desses estatutos de classificação atribuídos à RNPA, a Diretiva Habitats (92/43/CEE), de 21 de Maio de 1992, tem como principal objetivo contribuir para assegurar a conservação dos habitats naturais e de espécies de flora e da fauna selvagens consideradas ameaçadas na União Europeia, com exceção das aves (protegidas pela Diretiva Aves), estatuto também atribuído a algumas espécies presentes na RNPA. A área da RNPA abrange sete habitats, que constam da Diretiva Habitats (Anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril):

Tabela 3. Habitats presentes na RNPA segundo a Diretiva Habitats (92/43/CEE)

Código	Descrição
Água parada	
3130	Águas oligotróficas muito pouco mineralizadas das planícies arenosas (<i>Littorelletalia uniflorae</i>)
3150	Lagos eutróficos naturais com vegetação da <i>Magnopotamion</i> ou da <i>Hydrocharition</i>
Águas correntes — troços de cursos de água com dinâmica natural e seminatural (leitos pequenos, médios e grandes), em que a qualidade da água não sofre mudanças significativas.	
3270	Cursos de água de margens vasosas com vegetação da <i>Chenopodion rubri</i> p. p. e da <i>Bidenton</i> p. p.
4030	Charnecas secas europeias
Pradarias húmidas seminaturais de ervas altas	
6430	Comunidades de ervas altas higrófilas das orlas basais e dos pisos montano a alpino
Florestas da Europa temperada	
91E0	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>)
Florestas mediterrânicas caducifólias	
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>
9240	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>

2.6.1 Unidades ecológicas

2.6.1.1 Áreas com ocupação agrícola

São divididas em duas categorias conforme a sua localização. Quando localizadas nas colinas são localmente designadas de “o monte” e são ocupadas por olival, vinha, hortas, pomares e culturas arvenses de sequeiro (ICNF, 2004). Quando localizadas na planície aluvial são chamadas de “campo” e são ocupadas por culturas arvenses de regadio. Estas áreas são importantes para a

conservação, pois oferecem um leque variado de condições de alimentação e abrigo complementar ao longo do ano, sendo utilizado por um grande número de espécies faunísticas (ICNF, 2004).

2.6.1.2 Florestas e Meios Semi-naturais

As áreas florestadas ocupam uma grande área da RNPA, sendo bastante importante para a proteção das áreas de proteção total e parcial (ICNF, 2004). Nestas áreas coexistem o Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), o Pinheiro-manso (*Pinus pinea*), o Eucalipto (*Eucalyptus globulus*), e exemplares dispersos de Sobreiro (*Quercus suber*), Carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*), e Carvalho-alvarinho (*Quercus robur*). No sub-bosque encontra-se ainda o Medronheiro (*Arbutus unedo*), o Espinheiro-alvar (*Crataegus monogyna*), a Gilbardeira (*Ruscus aculeatus*) e diversas espécies de Tojos (*Ulex* sp.), Urzes (*Erica* sp.) e Estevas (*Cistus* sp.) (ICNF, 2004).

2.6.1.3 Zonas Húmidas

Esta zona ocupa cerca de 20% da área e abrange três tipos de zonas húmidas, de acordo com a classificação aprovada pela Convenção de Ramsar (tabela 2).

Tabela 4. Classificação das zonas húmidas presentes na Reserva Natural do Paul de Arzila, de acordo com a Convenção de Ramsar, com o respetivo código e área (hectares)

Código RAMSAR	Descrição	Área (ha)
Tp	Pauis de água doce permanentes ou lagos	17,9
4	Terrenos agrícolas inundados sazonalmente	10,6
9	Canais	116,4

2.6.1.4 Pauis de água doce, permanentes ou lagos

A área de Paul é composta por zonas dominadas pelo caniçal/bunhal, e por zonas com dominância de vegetação arbustiva (formações aluvionares e ripícolas) (ICNF, 2004). O caniço (*Phragmites australis*) e o bunho (*Scirpus lacustris* – Fig. 2) constituem a maioria deste habitat que é geralmente considerado como um dos biótopos de grande relevância ao nível ornitológico, (tanto para nidificação como para abrigo e alimentação) e dos habitats mais ricos e diversificados (ICNF, 2004).

Este biótipo é também constituído pela tabua (*Typha* sp.), juncos (*Juncus* sp.), junças (*Carex* sp.), entre outras espécies (ICNF, 2004).



Figura 2. Bunho (*Scirpus lacustris*), planta usada na atividade tradicional nomeadamente para fabrico das esteiras.

Os caniçais são enriquecidos pela existência das formações aluvionares e ripícolas. Estas formações estendem-se ao longo das valas e das linhas de água, ocupam os solos hidromórficos do fundo das vertentes, e surgem ainda em pequenos maciços no interior do caniçal, complementando-o. Devido ao abandono de terrenos agrícolas, encontra-se cada vez mais em expansão (ICNF, 2004). São compostas por maciços de Salgueiro-preto (*Salix atrocinerea*), bosquetes de amieiros (*Alnus glutinosa*) e alguns exemplares de freixos (*Fraxinus angustifolia*), Sanguinhos-de-água (*Frangula alnus*), ulmeiros (*Ulmus sp.*), choupos-negros (*Populus nigra*) e outros salgueiros (*Salix sp.*), além de outras espécies arbustivas e herbáceas (ICNF, 2004).

2.6.1.5 Terrenos agrícolas inundados sazonalmente

Esta tipologia encontra-se representada pelos arrozais (ICNF, 2004). Nestes, antes da sementeira, surgem ranúnculos-aquáticos (*Ranunculus peltatus*), sagitária (*Sagittaria sagittifolia*) e milhãs (*Setaria spp.*). No período do crescimento vegetativo, a inundação (em termos de duração) ocorre, maioritariamente, pela ação humana, com o intuito de aumentar a produtividade ao fornecer condições favoráveis para o crescimento do arroz e no controlo das ervas daninhas (ICNF, 2004).

2.6.1.6 Canais

Nos canais predominam a espadana (*Sparganium erectum*), o agrião (*Nasturtium officinale*), a erva-pinheirinha (*Myriophyllum sp.*), os nenúfares (*Nuphar luteum*), as lentilhas-de-água (*Lemna sp.*) e o lírio-amarelo-dos-pântanos (*Iris pseudacorus*), entre outras espécies (ICNF, 2004). Os canais são essenciais para o suporte à ocorrência de peixes e anfíbios, quer como habitat permanente, quer como área de reprodução e zona *nursery* (ICNF, 2004). Constitui ainda um biótopo importante para a lontra (*Lutra lutra*).

2.6.2 Flora e vegetação

A RNPA, pela sua localização geográfica, características climáticas e edáficas possui uma grande riqueza florística que compreende mais de 100 espécies de plantas, estimando-se mais de 300 espécies, exibindo espécies mesófilas, higrófilas e halófilas (ICNF, 2004; Paiva, 1993) (ver anexo 1). Apesar de apresentar uma ecotonia entre a Região Mediterrânica e a Região Eurossiberiana, surgem espécies exclusivas de cada zona.

Nos locais húmidos e sombrios pode encontrar-se invulgarmente a aveleira (*Corylus avellana*), o carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), o feto-real (*Osmunda regalis*) e o selo-de-salomão (*Polygonatum odoratum*). Nas áreas mais secas e quentes ocorrem o carvalho-cerquinho (*Quercus faginea broteroi*), o sobreiro (*Quercus suber*), o rosmaninho (*Lavandula stoechas*), as estevas (*Cistus* spp.), entre outros (ICNF, 2004).

Ao nível dos endemismos, a RNPA tem presente Agrimónia-bastarda (*Sanguisorba hybrida*) e o *Galium broterianum*, ambas endémicas da Península Ibérica e a *Scrophularia grandiflora* endémica de Portugal) (ICNF, 2004).

Algumas espécies encontram-se ameaçadas de acordo com a IUCN Red List, nomeadamente a flor-de-cuco (*Silene flos-cuculi*) que se encontra Em Perigo (EN) e a Sagitária (*Sagittaria sagittifolia*) que apesar de se encontrar em estado Pouco Preocupante (LC) no contexto global e europeu, está Criticamente em Perigo (CR) em Portugal ou até potencialmente regionalmente extinta, apesar de ter sido referenciada na RNPA por Paiva (1993).

Ocorrem ao nível das plantas introduzidas a RNPA só estão identificadas 4 espécies (<https://www.biodiversity4all.org>): erva-rapa (*Bidens frondosa*), verónica-bastarda (*Veronica persica*), avoadinha-marfim (*Erigeron sumatrensis*) e a erva-da-fortuna (*Tradescantia fluminensis*). No entanto, na envolvente da reserva (num raio de mais ou menos de 5 Km do Centro da Reserva), para além das plantas já mencionadas destaca-se a presença de (*Phytolacca americana*) a lantana (*Lantana camara*), a azeda (*Oxalis pes-caprae*), a figueira-do-inferno (*Datura stramonium*), azedinha-de-flores-vermelhas (*Oxalis articulata*), junção (*Cyperus eragrostis*), e a vitadínia-das-floristas (*Erigeron karvinskianus*).

2.6.3 Fauna

A RNPA, em relação à fauna, estão indicadas 181 espécies de animais vertebrados (ver anexo 2): 21 espécies de mamíferos, 126 espécies de aves, 8 espécies de anfíbios, 11 espécies de répteis e 15 espécies de peixes (BioDiversity4All, 2023; ICNF, 2004).

Das 21 espécies de mamíferos, 13 encontram-se protegidas pelo Anexo B-II do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, Convenção de Berna, Convenção de Bona e algumas incluídas no Livro Vermelho dos Vertebrados Portugueses. Destaca-se a presença do musaranho-de dentes-vermelhos (*Sorex granarius*), sendo este um endemismo ibérico, a lontra (*Lutra lutra*) e o gato-bravo (*Felis silvestris*), que se encontra no estado Vulnerável de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (da Luz Mathias *et al.*, 2023).

Das 126 espécies de avifauna, 117 encontram-se protegidas pelo Anexo A-I do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual, pela Convenção de Berna e Convenção de Bona e incluídas no Livro Vermelho dos Vertebrados Portugueses. Destaca-se a Garça Vermelha (*Ardea purpurea* – Fig. 3), símbolo da Reserva Natural do Paul de Arzila, o Goraz (*Nycticorax nycticorax*), o Pato-trombeteiro (*Anas clypeata*) que se encontram Em Perigo e a Águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*) que se encontra Criticamente Em Perigo e a Narceja (*Gallinago gallinago*) de acordo com o Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (Cabral *et al.*, 2005; IUCN, 2023).



Figura 3. Garça Vermelha (*Ardea purpurea*), símbolo da Reserva Natural do Paul de Arzila

As 8 espécies de anfíbios estão protegidas pela Convenção de Berna e constando do Anexo B-II e Anexo B-IV do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual, e destacam-se três endemismos ibéricos: o Tritão-de-ventre-laranja (*Lissotriton boscai*), a Rã-de-focinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*) e o Sapinho-de-verrugas-verdes (*Pelodytes ibericus*) (Cabral *et al.*, 2005; IUCN, 2023).

As 11 espécies de répteis estão protegidas pela Convenção de Berna e algumas constam do Anexo B-II e Anexo B-IV do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na sua redação atual, das quais se destaca dois endemismos ibéricos, o Lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e a Lagartixa-Lagartixa-esverdeada (*Podarcis virescens*) (Cabral *et al.*, 2005; IUCN, 2023).

Das 15 espécies de peixe, três encontram-se protegidas pela Convenção de Berna e três constam do Anexo B-II do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, sendo que duas delas estão presentes nos dois documentos. Estão incluídas no Livro Vermelho dos Vertebrados Portugueses três espécies, sendo que uma delas já estava abrangida pelos documentos anteriores e destacam-se três endemismos: dois ibéricos, o Barbo (*Luciobarbus bocagei*) e a Boga (*Pseudochondrostoma polylepis*) e um lusitano, o Ruivaco (*Achondrostoma oligolepis*) (Cabral *et al.*, 2005; Magalhães *et al.*, 2023).

Quanto aos invertebrados estão referenciadas 407 espécies de invertebrados: uma espécie de turbelários; 30 espécies de moluscos, quatro espécies de anelídeos, 201 espécies de aracnídeos e 171 espécies de insetos (Crespo *et al.*, 2009; ICNF, 2004).

No que diz respeito aos animais introduzidos na RNPA estão identificadas 9 espécies de animais (<https://www.biodiversity4all.org>): três espécies de invertebrados, Lagostim-Vermelho-do Louisiana (*Procambarus clarkii*), maria-fedida (*Nezara viridula*) e filoxera (*Daktulosphaira vitifoliae*); duas espécies de aves, bico-de-lacre (*Estrilda astrild*) e o arcebispo (*Euplectes afer*);

2 espécies de mamíferos, ratazana-castanha (*Rattus norvegicus*), musaranho-de-dentes-brancos (*Crocidura russula*); e duas espécies de peixes, a perca-sol (*Lepomis gibbosus*) e o Peixe-Gato-Preto-Americano (*Ameiurus melas*).

Na envolvente da Reserva (num raio de mais ou menos de 5 Km do Centro da Reserva), para além dos animais já mencionados foi identificada a vespa asiática (*Vespa velutina*) (BioDiversity4All, 2023).

2.6.4 Funga

Os fungos são essenciais para os ecossistemas, sendo responsáveis não só pela decomposição, mas também por importantes associações com outros organismos, como é o caso das micorrizas e dos líquenes. Entre outros, constituem importante reservatório de carbono no solo, contribuem para a manutenção da estrutura do solo e servem de alimento a outros organismos.

Devido à falta de bibliografia referente aos microfungos (fungos que não formam estruturas reprodutivas visíveis a olho nu) na Reserva (apenas uma espécie está identificada; *Hypomyces cervinigenus*), assim como à complexidade da sua identificação e à falta de recursos humanos para o estudo destes, este plano de Cogestão será apenas focado nos macrofungos (fungos que formam estruturas reprodutivas visíveis a olho nu, designadas genericamente como cogumelos). Estão também identificadas 2 espécies de líquenes.

Relativamente à macrofunga, de acordo com os dados disponíveis no projeto de ciência cidadã “Cogumelos na Cidade” (<https://www.biodiversity4all.org/projects/cogumelos-na-cidade>), estão identificados 45 taxa, 27 dos quais ainda sujeitos a confirmação (ver Anexo 3). No entanto, é expectável que este número esteja bastante abaixo do número real existente na RNPA, sendo necessário a promoção de mais estudos de inventariação e investigação. Estão identificadas 32 famílias diferentes na reserva, sendo as mais representadas ao nível da diversidade de espécies a Polyporaceae e a Clavariaceae (BioDiversity4All, 2023). Destaca-se a presença de duas espécies invasoras, *Leratiomyces ceres* e *Stereum illudens*, ambas provenientes da Austrália, sabendo-se pouco do seu impacto nos ecossistemas.

Nenhum macrofungo na RNPA está identificado como ameaçado, mas isto poderá ser devido à falta de especialistas de macrofungos na RNPA, e em Portugal, e pelo facto de menos de oito centenas das 2.5 milhões de espécies de fungos que se estimam existir terem sido avaliadas na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da UICN (IUCN, 2023). No entanto, a presença de, pelo menos, uma espécie ameaçada na cidade de Coimbra sugere que com mais estudos de inventariação da RNPA possamos também registar taxa ameaçadas.

2.6.5 Valor e paisagem cultural

Para a população local, principalmente a de Arzila, o Paul era a principal fonte de rendimento, quando a agricultura era a principal atividade económica (Carvalho, 2016). No Paul praticava-se, para além da agricultura, a caça e a pesca, a colheita do bunho e do junção para fabrico das esteiras, feita principalmente por mulheres, cuja venda proporcionava rendimento extra, numa época marcada por grandes dificuldades (Carvalho, 2016; Pinho, 2013). Também era praticada a cestaria em vime.

No verão cortavam-se, escolhiam-se e secavam-se as plantas que, mais tarde, eram levadas para o tear (Fig. 4). Das hastes de bunho faziam-se as esteiras que serviam para decoração, proteção e transporte de plantas nos viveiros, utensílio de pesca, assentos, tapete, forro de telhados e em

muitos casos era o sítio onde as pessoas dormiam (Pinho, 2013). O bunho também era vendido para outros locais, onde se fazia de igual modo as esteiras e a cestaria (Carvalho, 2016; ICNF, 2004).



Figura 4. Corte do bunho (*Scirpus lacustris*) (A) e fabrico das esteiras no tear (B).

A floresta fornecia a lenha utilizada como combustível, e os matos, eram utilizados para as camas dos animais, e mais tarde, transformados em estrume para fertilizar as terras (ICNF, 2004).

Com o abandono da atividade agrícola, bem como do uso da floresta autóctone para combustível e cama para os animais, observou-se um aumento da área florestal. Contudo, a floresta tem agora uma finalidade mais económica, com a venda de madeira, dando-se assim preferência ao eucalipto e ao pinheiro, em detrimento das espécies indígenas, por serem de crescimento mais lento, como o carvalho e o sobreiro (ICNF, 2004).

A pesca desenvolvida no Paul era artesanal. Eram utilizadas diferentes técnicas, tais como a pesca com a fisga, a rabuda, a sertela, a esteira e o calcão e poceiro (Carvalho, 2016; Pinho, 2013).

A pesca à fisga consistia em lançar um garfo de ferro ou aço preso a um cabo de freixo repetidamente até se capturar o peixe. A sertela, também denominada por remolhão, recorria a um novelo com minhocas preso na extremidade de uma vara. Depois mergulhava-se o novelo na água sem tocar no fundo e erguia-se muito lentamente para se poder sentir a presa. Quando se apanhava o peixe, a vara retirava-se da água e colocava-se o pescado num guarda-chuva. A esteira servia apenas para a captura da tainha. Na água aplicava-se um obstáculo e uma esteira depois deste, de seguida o peixe é afugentado na direção do obstáculo e para tentar transpô-lo saltava e caía sobre a esteira. O poceiro, utilizado juntamente com o calcão e desenvolvido com freixo ou vimeiro, apresentava uma forma de cesta com duas pegas e era usado nas margens das valas colocando-se sobre a água. Depois, com o auxílio do calcão afugentava-se o peixe para dentro do poceiro.

A pesca era muito importante para a população, não só ao nível da alimentação, como da comercialização do pescado porta a porta nas terras vizinhas. Como tal eram precisos barcos com determinadas características, o que promoveu uma pequena indústria de fabrico de barcos, a qual foi desaparecendo com o abandono do Paul (Carvalho, 2016). Com a criação da Reserva a pesca e a caça foram interditas no paul (Carvalho, 2016).

Do paul também se retirava bens para se confeccionar alguns pratos típicos da gastronomia como a enguia frita, a ruivaca frita com broa de milho, e nos paus do baixo mondego no geral o arroz-doce, as filhoses, papas de abóboras-meninas e as papas laberças (Aldeias de Portugal, 2023; Pinho, 2013).

Em Arzila, ao nível das tradições é conhecido o “Azurrar”, o “Serramento da Velha (“Serração” ou “Serrar”)), que era uma brincadeira da Quaresma que era realizada por rapazes que iam de

porta em porta brincar com as mulheres idosas de forma a quebrar o rigor que a Quaresma impunha e também ocorria o “Amentar das Almas” e o “Cantar os Martírios”, sendo que o primeiro servia para refletir sobre a morte e pedir pelos defuntos e o segundo sobre o sofrimento e morte de Cristo(Pinho, 2013).

3.7 Plano de Ordenamento

O Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila (PORNPA) foi aprovado pela RCM n.º 75/2004, de 19 de junho que *“estabelece regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e regimes de gestão a observar na execução do Plano com vista a assegurar as condições naturais necessárias à estabilidade ou à sobrevivência de espécies, grupos de espécies, comunidades bióticas ou aspectos físicos do ambiente, quando estes requerem intervenção humana para a sua perpetuação.”*

São constituídos objetivos específicos do PORNPA:

- *“O estabelecimento de uma área de proteção total, com zonas de água permanente, essencial à conservação das populações de aves aquáticas e paludícolas;”*
- *“O estabelecimento de áreas de proteção parcial e complementar, como zona de minimização de impactes exteriores e onde se promoverá a adequação das práticas agro-silvo-pastoris à gestão sustentável dos recursos e conservação dos habitats;”*
- *“O ordenamento dos usos e acessibilidades, protegendo as zonas sensíveis e promovendo a utilização preferencial de estruturas e áreas periféricas. “*

Na área de intervenção do PORNPA encontram-se identificadas as seguintes áreas sujeitas a regime de proteção, assinaladas na planta de síntese (Fig. 5):

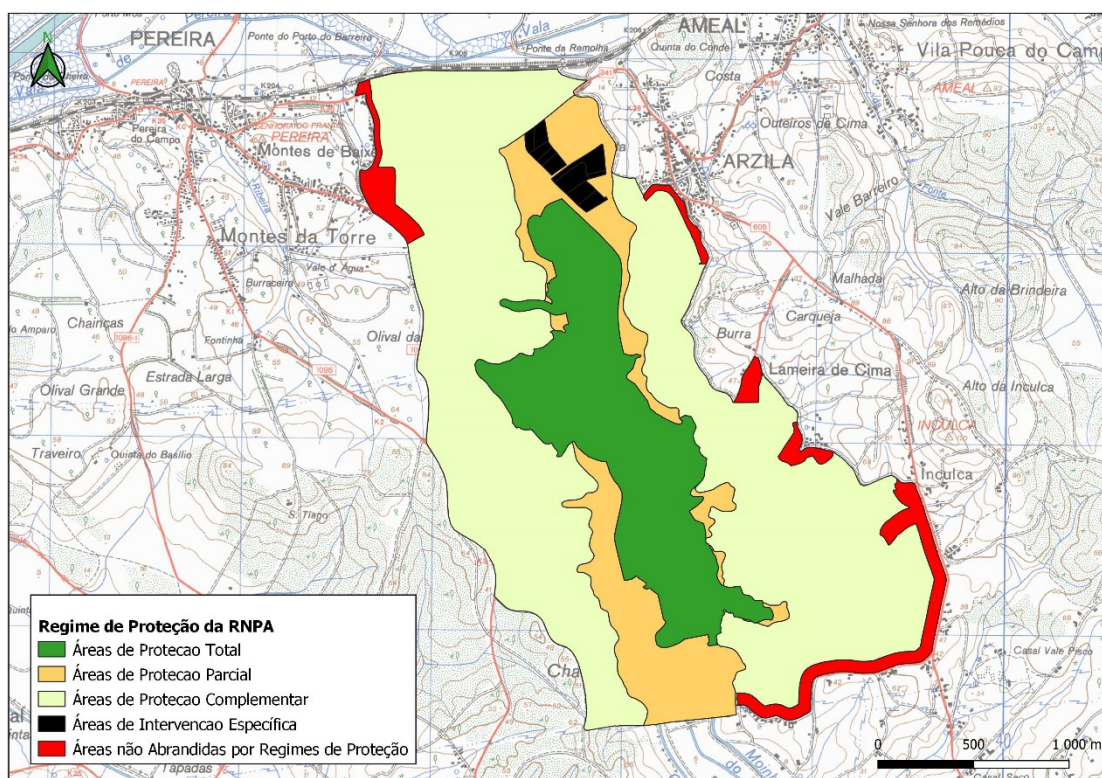


Figura 5. Planta-síntese da área de intervenção do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paul de Arzila aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2004, de 19 de junho (imagem retirada e adaptada do <https://geocatalogo.icnf.pt/catalogo>).

a) Área de proteção total;

Área que se destina a garantir a manutenção dos processos naturais em estado de perturbação mínima e que integram as formações aluvionares e ripícolas, o carvalhal, as folhosas autóctones, o caniçal/bunhal, as valas, lagos e charcos pelo que a intervenção humana é fortemente condicionada, devendo submeter-se aos valores naturais presente.

b) Área de proteção parcial;

Área que se destina a contribuir para a manutenção e valorização dos valores naturais e paisagísticos e que inclui os terrenos agrícolas como “o campo” e os “arrozais”.

c) Área de proteção complementar;

Áreas que integram as florestas/matos e terrenos agrícolas designados de “o monte” e tem como objetivo a manutenção e compatibilização das atividades culturais e tradicionais que constituam o suporte ou sejam conciliáveis com os valores naturais a preservar, nomeadamente as de natureza agroflorestal ou de exploração de outros recursos naturais. Também tem como objetivo o desenvolvimento socioeconómico local e a melhoria da qualidade de vida das populações, assente no uso sustentado de recursos.

d) Áreas de intervenção específica.

Nas áreas, que pela sua particularidade, requerem a tomada de ações peculiares é aplicado um regime de intervenção específica. São áreas que possuem um valor patrimonial, natural ou cultural, e que têm como objetivos prioritários a realização de ações para a recuperação dos habitats, a manutenção das utilizações necessárias à conservação dos recursos naturais, a promoção de ações de investigação científica e de sensibilização ou a eventual implantação de infraestruturas de utilidade pública. Estas áreas estão abrangidas pela aplicação dos regimes de proteção, que se mantêm, apesar da intervenção. Compreendem dois tipos de tipologia:

- Áreas de intervenção específica para a conservação dos valores naturais integrando os arrozais (sujeita ao regime de proteção parcial);
- Áreas de intervenção específica de utilidade pública que teve como finalidade permitir equacionar a implantação da variante às EN 341 e 347, Alfarelos-Taveiro, que fica sujeita a procedimento de avaliação de impacte ambiental (AIA), sendo que se encontram suspensas todas as atividades previstas até ao fim do processo do AIA.

Atualmente, o projeto da linha ferroviária de alta velocidade que foi sujeito a procedimento de AIA tem um traçado que poderá ser impactante nas proximidades da extrema sul da área classificada.

3.8. Ocupação do Solo

Em relação à ocupação do solo na RNPA, a classe que ocupa maior percentagem é a zona de florestas de eucalipto (129,00 ha), seguindo-se as florestas de pinheiro-bravo (109,06 ha), pauis (95,10 ha), as florestas de outras folhosas (81,56 ha) e as culturas temporárias de sequeiro e regadio (51,41 ha) (Fig. 6) (DGT, 2018).

Tabela 5. Ocupação do solo da Reserva natural do Paul de Arzila

Classes de ocupação do solo	Área (ha)
Tecido edificado contínuo predominantemente horizontal	2,23
Tecido edificado descontínuo	22,9
Rede viária e espaços associados	0,87
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	51,41
Arrozais	3,45
Olivais	6,41
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	27,18
Mosaicos culturais e parcelares complexos	40,06
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	4,75
Florestas de outros carvalhos	10,57
Florestas de eucalipto	129,00
Florestas de outras folhosas	81,56
Florestas de pinheiro-bravo	109,06
Matos	1,15
Pauis	95,10

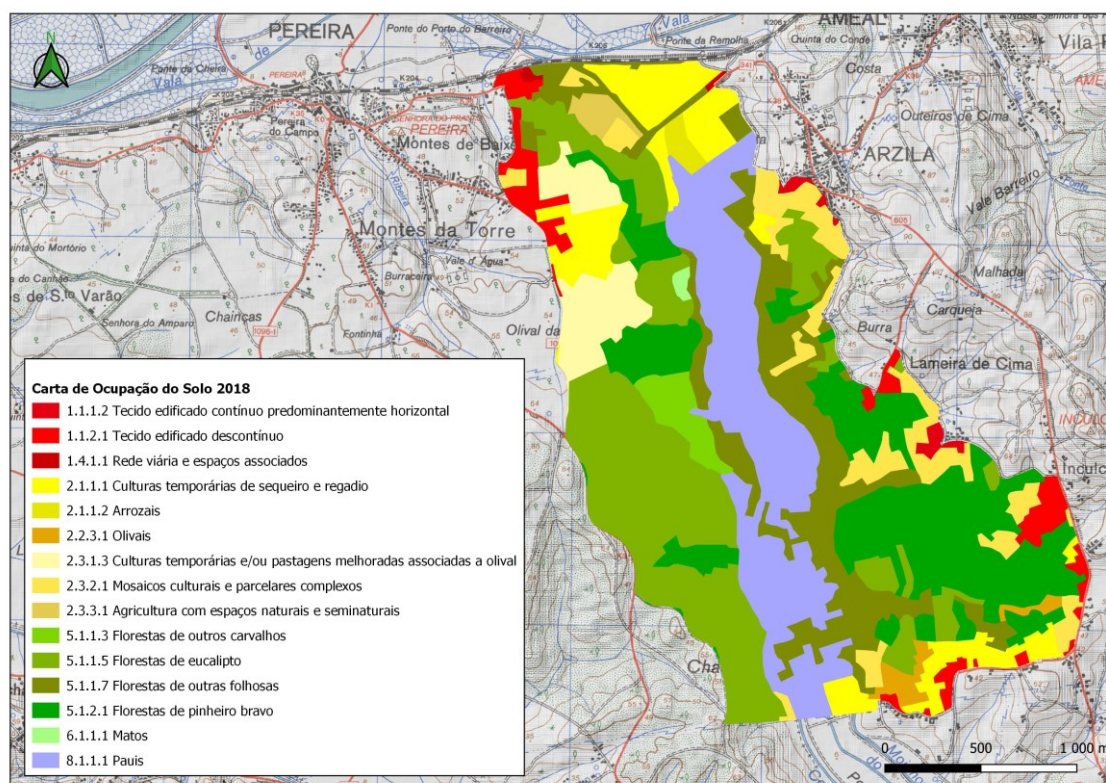


Figura 6. Ocupação do solo da Reserva natural do Paul de Arzila (Fonte: Carta da Ocupação do Solo 2018, DGT).

3.9 Visitação

De modo a divulgar o património natural do Baixo Mondego e para receber os visitantes com interesse em visitar a AP, foi inaugurado o Centro de Interpretação da RNPA em 1997. Para suporte à visitação foi também implementado um percurso com 2 km, que inclui uma torre de observação com passadiço e dois observatórios de aves (MAMAOT & ICNF, 2011) – Fig. 7 e 8. É também entre 1998 e 2000 que se atinge o pico de visitantes na RNPA – Fig. 9.

Apesar de haver períodos de flutuação a nível da visitação e de os registos serem parciais (não foram contabilizados visitantes que visitaram a Reserva depois da hora de encerramento do Centro ou durante o fim de semana), tem havido um decréscimo visível da visitação ao longo dos anos, provavelmente devido ao afastamento crescente da população à reserva, por via das imposições legais e à transição da população para os centros urbanos sendo que entre 2019 e 2020 se atingiu o número mais baixo de visitação, provavelmente devido ao efeito da Covid-19. Desde então, o número de visitantes tem estado em recuperação.



Figura 7. Infraestruturas da RNPA

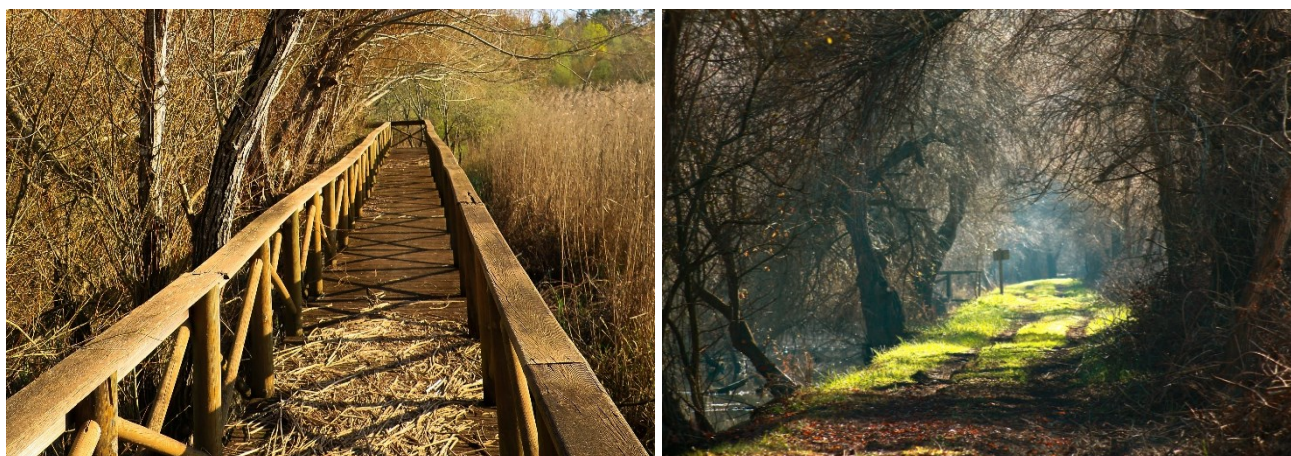


Figura 8. Percursos da RNPA

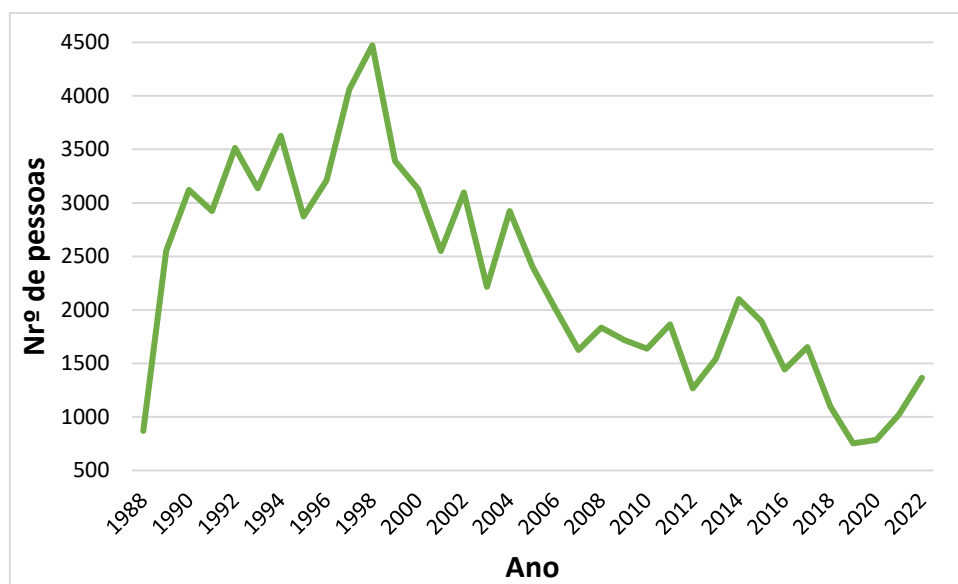


Figura 9. Número de visitantes anuais contabilizados desde 1988 a 2022 na Reserva Natural do Paul de Arzila.

4. Diagnóstico prospetivo da Área Protegida (análise SWOT)

Para enquadrar a estratégia pretendida, à realidade do território e aos anseios dos atores locais, foi elaborado um diagnóstico prospetivo tendo por base uma análise SWOT (MAMAOT & ICNF, 2011). Esta análise permite identificar os pontos fortes, ou os fatores internos que conferem vantagens, as fraquezas ou os fatores internos que conferem desvantagens, as oportunidades ou os fatores externos que podem ser explorados para benefício e as ameaças ou os fatores externos que representam riscos para a RNPA.

A comissão de cogestão realizou esta análise para identificar quais os pontos mais suscetíveis ou relevantes da AP, onde há uma maior necessidade de intervir, simplificando o planeamento estratégico e a tomada de decisão.

	Aspetos positivos	Aspetos negativos
	Pontos fortes	Pontos fracos
Aspetos internos	<ul style="list-style-type: none"> Boa inventariação dos valores naturais até 2004 Existência de um centro de interpretação Património natural com elevada biodiversidade faunística e florística e diversidade de habitats, protegido por vários estatutos Existência de um percurso pedestre Património cultural e etnográfico relevante Boa localização (proximidade de centros urbanos) e boa acessibilidade Ligação à Universidade Coimbra e ao Instituto Politécnico de Coimbra, nomeadamente a ESAC, como facilitadores de investigação 	<ul style="list-style-type: none"> Fraca divulgação da RNPA e do seu potencial A exposição do centro de interpretação desatualizada e degradada Poucos recursos humanos Reduzida interação com a população local O trilho do percurso pedestre necessita de reabilitação e de sinalização O edifício existente não tem condições para suporte de atividades associadas à RNPA Inexistência de um programa de turismo da natureza Sinalética desatualizada
	Oportunidades	Ameaças
Aspetos externos	<ul style="list-style-type: none"> Aumento do conhecimento da população sobre a RNPA e a sua importância Trabalho de voluntariado/ciência cidadã Estabelecimento de novas parcerias e colaborações Promoção do turismo de natureza Criação de uma rede de percursos pedestres dos paus da região: Paul de Arzila, Paul do Taipal e Paul da Madriz Estudos científicos para atualização do inventário natural e caracterização das espécies e habitats Classificação de Arzila como “Aldeia de Portugal” 	<ul style="list-style-type: none"> Expansão e envelhecimento do caniçal Alteração do regime hidráulico do Baixo Mondego Ausência de unidades de alojamento, caravanismo, restauração, etc. nas proximidades Incêndios rurais Vandalismo Caça e pesca furtivas Alterações climáticas Espécies invasoras Excesso populacional do javali devido à falta de predadores Qualidade da água Projeto da linha de alta velocidade

4.1 Fatores Críticos

O paul é importante para a população, desde que há memória, pois oferecia parte da produção das terras em troca da limpeza e abertura das valas (Carvalho, 2016). No entanto, apenas nestas últimas décadas se foi reconhecendo o valor histórico, social e científico do paul e assim, começaram as primeiras ações para a sua proteção. Contudo, a entrada de Portugal na União Europeia, que levou à modernização tecnológica da construção de infraestruturas, nas comunicações, no audiovisual e na informática, permitiu o aumento de trabalhos assalariados no meio urbano, possibilitando à população obter novas condições de vida coadjuvado pela imposição das regras na reserva, inicia-se o abandono gradual do paul: a população não concordou com a legislação imposta, passando a não ser permitido a caça e a pesca, sendo apenas permitido a colheita do bunho para a confecionar a esteiras (Carvalho, 2016).

Com o abandono do paul e a transição da população para as áreas urbanas, observa-se uma falta de compreensão generalizada sobre a relevância do paul e das áreas húmidas em geral, especialmente entre as novas gerações (Carvalho, 2016).

Um dos fatores que contribuem para esse desconhecimento é a falta de infraestruturas adequadas de interpretação e informação. A falta de condições do Centro de Interpretação, a ausência ou degradação das placas informativas ou a ausência de programas educativos eficazes dificulta a disseminação do conhecimento sobre a importância do Paul e dos seus benefícios para a população, e consequentemente o seu envolvimento na sua conservação (Carvalho, 2016).

Os ecossistemas como os pauis são cruciais para a biodiversidade, atuando como locais de reprodução, proteção e alimento da vida selvagem e contribuindo para a regulação do ciclo da água. Particularmente, esta zona húmida têm uma grande relevância cultural e histórica para as comunidades locais (ICNF, 2004). Este abandono, promoveu a expansão e envelhecimento do caniçal, levando consequentemente à diminuição da área de bunhal, intensificando a sedimentação e eutrofização nas valas no paul, e de forma geral em toda a área alagada da RNPA (ICNF, 2004).

4.2 Posicionamento Estratégico, eixos estratégicos e áreas-chave

Foi desenvolvido um conjunto de linhas de ação consensualizadas para o território, com base nos diferentes compromissos estratégicos assumidos pela comissão de gestão da RNPA considerando de diferentes áreas-chave como: a informação, a promoção e comunicação, a educação ambiental e desenvolvimento sustentável, a valorização de estruturas existentes, devidamente complementadas com as medidas de conservação e proteção dos valores naturais da área protegida já em curso.

Os três eixos estratégicos de atuação definidos são:

- Sensibilização e Comunicação;
- Promoção da Conservação da Natureza e Biodiversidade;
- Infraestruturas e Visitação

Tendo como objetivos principais estes três eixos, pretende-se levar a efeito:

- A promoção de uma maior interação com as populações locais, reestabelecendo as conexões à AP, sensibilizando-as para a importância da Reserva e das zonas húmidas e fomentando uma conexão mais profunda entre as pessoas e natureza.

- O fortalecimento e aprimoramento da sinalização, as infraestruturas de interpretação e visitação, além do restauro do centro de interpretação com o intuito de desenvolver novos programas e atividades que promovam a educação ambiental, estabelecendo uma maior interatividade com população local.
- A envolvimento ativo da comunidade académica, incentivando a utilização da AP como um "laboratório vivo" para novos estudos e monitorização do património natural e cultural e para se melhor compreender e valorizar a AP.
- O impulsionamento de programas educativos que disseminem o conhecimento sobre a relevância do paul e os seus benefícios para a população, estimulando a envolvimento na sua conservação e nas ações de voluntariado.

5. Auscultação e envolvimento de atores chave

5.1 Atores chave

Os atores chave no território afeto à RNPA foram identificados com apoio da Estrutura de Apoio tendo como referência a relevância destes atores chave para a própria AP. Os atores chave foram definidos com base no uso do território e dos seus recursos, a atividade principal e seu potencial envolvimento:

- A comunidade local pertencente à União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila; à Freguesia de Anobra; e à Freguesia de Pereira.
- Empresas e entidades pertencentes às freguesias referidas no ponto anterior, e adicionalmente, empresas e entidades que desenvolvam ou tenham interesse em desenvolver atividade na Reserva Natural.

Foram identificadas e selecionadas 110 entidades ligadas à restauração e hotelaria, associações locais, grupos folclóricos, grupos desportivos, entidades ligadas aos sectores científicos e tecnológicos, empresas do setor primário (agropecuária, floresta e pesca), empresas de animação turística e comércio artesanal.

5.2 Auscultação de atores

Foi realizado um inquérito de perceção à comunidade local. Este foi produzido em formato online e em papel e posteriormente entregue ao maior número possível de residentes locais quer pessoalmente, ou deixado em estabelecimentos comerciais, e também enviado aos Presidentes das Juntas de Freguesias.

As questões de suporte ao inquérito foram organizadas pelos seguintes temas: Conhecimento da RNPA; Importância da RNPA; Gestão da RNPA; Ameaças à RNPA; Modelo de Cogestão e a sua potencial implicação.

Quanto às entidades e empresas interessadas foi realizado um inquérito de opinião – “Inquérito às Entidades interessadas” que foi enviado via correio eletrónico. Esta auscultação teve início no dia 11 do mês de julho de 2023 e terminou a 4 de agosto de 2023, tendo sido remetida por correio eletrónico a 110 entidades locais dos três municípios.

Neste inquérito, foram destacados os seguintes temas: Classificação da importância da RNPA e dos seus constituintes; potencial ligação à RNPA; Modelo de Cogestão e a sua possível implicação; Contributo da entidade à RNPA.

5.3 Resultados da Auscultação

O inquérito de perceção à comunidade local obteve 21 respostas. Dos resultados obtidos neste inquérito, as principais conclusões tendo em conta a opinião da maioria das pessoas é que:

- **A criação da RNPA não trouxe vantagens sociais e económicas para a população.**
- **A RNPA e os seus gestores impuseram um conjunto de restrições às práticas culturais e locais (agricultura, floresta, pesca, caça, por exemplo), as quais se revelaram penalizadoras para a população.**
- **A RNPA contribui para a conservação das espécies animais e vegetais.**
- **A conservação das espécies animais prejudica as atividades agrícolas.**
- **Estão hesitantes quanto ao papel que a cogestão poderá a vir desempenhar.**

O inquérito às entidades e empresas interessadas obteve 15 respostas. Dos resultados obtidos neste inquérito as a maioria das entidades considera que:

- **A Reserva é importante como promotor de conservação e educação ambiental,**
- **Não conhece o modelo de cogestão da RNPA**
- **Terá um impacto positivo para a sua entidade.**
- **Estão dispostas a contribuir de várias formas para a preservação e valorização da Reserva.**
- **Podem obter vantagens como a Educação ambiental e o aumento de clientes.**

5.4 Consulta Pública

A consulta pública da proposta de plano de cogestão é divulgada através de aviso a publicitar a mesma, com a antecedência mínima de 5 dias, por edital municipal e nos sítios na Internet das entidades representadas na comissão de cogestão, por um período não inferior a 20 dias (artigo 15º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

É competente para a promoção da publicação do edital municipal referido, ao abrigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais (artigo 35º, n.º 1, al. t) e artigo 56º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), o Presidente da Câmara Municipal de cada município representado na comissão de cogestão da área protegida.

Durante o período de consulta pública da proposta de plano de cogestão, a comissão promove a criação de canais de contacto direto para uso do público em geral, preferencialmente por via eletrónica (artigo 15º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

A informação relativa à consulta pública da proposta de plano de cogestão será feita através dos meios mais adequados a garantir o conhecimento a todo o tempo pelo público em geral, nomeadamente através dos sítios na Internet das entidades públicas representadas na comissão de cogestão da área protegida (artigo 17º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

Na fase inicial do período de consulta pública da proposta de plano de cogestão, a comissão de cogestão da área protegida promove a realização de sessões participativas com o intuito de

divulgar este documento e fomentar a participação pública e o envolvimento de todos os interessados (artigo 15º, n.º 1, al. d) do Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto).

Após a recolha de todos os contributos da consulta pública da proposta de plano de cogestão (caso existam), estes são objeto de apreciação pela comissão de cogestão da área protegida, sendo elaborado um relatório com o resultado da consulta pública e da forma como a mesma foi tida em conta na proposta final do plano de cogestão.

6. Programa de medidas e ações prioritárias

Tendo em consideração o diagnóstico realizado, definiu-se a estratégia a implementar para o período de 2024/2026, assente nos seguintes eixos-temáticos:

Eixos estratégicos	Linhas de Ações	Orçamento previsto por ações
1. Sensibilização e Comunicação	Medida 1.1 – Sensibilização	98 000 €
2. Promoção da Conservação da Natureza e Biodiversidade	Medida 2.1 – Parcerias e valorização Medida 2.2 – Ciência e Inovação	68 000 €
3. Infraestruturas e Visitação	Medida 3.1 – Melhoria nas infraestruturas existentes Medida 3.2 – Criação de novas infraestruturas	765 000 €
Orçamento total		931 000 €

Eixo 1: Comunicação e Sensibilização

Objetivos:

- envolver a população local e todos os interessados a participar na discussão de assuntos relacionados com a natureza
- promover atividades de sensibilização ambiental na RNPA que consciencializem a população estudantil e o público em geral sobre a importância do património natural e da biodiversidade
- divulgar a biodiversidade da RNPA e fomentar o interesse e o gosto pela natureza

Medidas	Ações	Prioridade	Período de execução	Coordenadores	Principais parceiros	Estimativa de custo	Potencial financiador
Medida 1.1 – Sensibilização E Comunicação	Ação 1.1.1 – Plano de comunicação e marketing	1	2024-2026	Todos		25 000 €	Fundo Ambiental POCTEP
	Ação 1.1.2 – Ações de formação	1	2024-2026	UC, ESAC, CM Coimbra e ICNF		10 000 €	Fundo Ambiental
	Ação 1.1.3 – Elaboração de material promocional	1	2024-2026	Turismo	CM Coimbra	10 000 €	Fundo Ambiental
	Ação 1.1.4 – Participação em feiras e outros certames para divulgação da AP	1	2024-2026	Todos		35 000 €	Fundo Ambiental POCTEC
	Ação 1.1.5 – Atividades Recreativas	2	2024-2026	AAPA	CM Coimbra	10 000 €	Fundo Ambiental

Eixo 2: Promoção da Conservação da Natureza e Biodiversidade

Objetivos:

- Promover o bem-estar social e a qualidade de vida dos visitantes e participantes
- Promover a consciencialização ambiental e as práticas de voluntariado
- Promover a RNPA como um laboratório vivo e singular para a ciência
- Monitorizar a conservação dos habitats e das espécies existentes, assim como as espécies invasoras

Medidas	Ações	Prioridade	Período de execução	Coordenadores	Principais parceiros	Estimativa de custo	Potencial financiador
Medida 2.1 – Parcerias e valorização	Ação 2.1.1 – Parcerias com os atores locais	1	2024-2026	AAPA	CM Coimbra, CM Condeixa e CM Montemor-o-Velho	20 000 €	Fundo Ambiental
	Ação 2.1.2 – Valorização dos Recursos endógenos	1	2024-2026	AAPA, UC e ESAC	ICNF, CM Coimbra, CM Condeixa e CM Montemor-o-Velho	40 000 €	Fundo Ambiental Centro 2030
	Ação 2.1.3 – Ações de Capacitação	1	2024-2026	AAPA, UC e ESAC	ICNF, CM Coimbra, CM Condeixa e CM Montemor-o-Velho	20 000 €	Fundo Ambiental Centro 2030
Medida 2.2 – Ciência e Inovação	Ação 2.2.1 – Projetos científicos para monitorização e investigação	2	2024-2026	ESAC e UC	ICNF e CM Coimbra	30 000 €	Fundo Ambiental Programa LIFE 2021-2027
	Ação 2.2.2 – Promoção de atividades de voluntariado desenvolvidas ou relacionadas com a RNPA	1	2024-2026	AAPA, CPADA, UC e ESAC		10 000 €	Fundo Ambiental Programa LIFE 2021-2027

Eixo 3: Infraestruturas e Visitação

Objetivos:

- Melhorar e diversificar a oferta de percursos, novos e existentes, da RNPA
- Tornar o Centro de Interpretação da RNPA mais atrativo ao público
- Reforçar, substituir e reparar as estruturas de observação
- Reforçar a sinalização com informação sobre os valores naturais e culturais

Medidas	Ações	Prioridade	Período de execução	Coordenadores	Principais parceiros	Estimativa de custo	Potencial financiador
Medida 3.1- Melhoria nas infraestruturas existentes	Ação 3.1.1 – Beneficiação e expansão da rede de percursos e caminhos	1	2024-2026	AAPA e ICNF	CM Condeixa e CM Montemor-o-Velho	50 000 €	Fundo Ambiental
	Ação 3.1.2 – Reabilitação do Centro de Interpretação da RNPA	1	2024-2026	ICNF	CM Coimbra	300 000 €	Fundo Ambiental PRR
	Ação 3.1.3 – Beneficiação da sinalética	1	2024-2026	ICNF	CM Coimbra, UC e ESAC	20 000 €	Fundo Ambiental POCTEP
Medida 3.2 – Criação de novas infraestruturas	Ação 3.2.1 – Beneficiação do Centro de Interpretação	1	2024-2026	ICNF, UC, ESAC e AAPA	CM Coimbra	100 000 €	Fundo Ambiental POCTEP PRR Portugal 2030
	Ação 3.2.2 – Substituição da torre de observação, substituição e criação de observatórios	2	2024-2026	ICNF	CM Coimbra, CM Condeixa e CM Montemor-o-Velho	45 000 €	Fundo Ambiental
	Ação 3.2.3 – Criação de novas portas de entrada na RNPA	2	2024-2026	CM Condeixa, CM Montemor-o-Velho, CM Coimbra e ICNF		50 000 €	Fundo Ambiental POCTEP
	Ação 3.2.4 – Instalação de um parque de apoio ao visitante	3	2024-2026	CM Coimbra, ICNF	AAPA	200 000 €	Fundo Ambiental PO SEUR PRR Portugal 2030

Cada uma destas medidas é detalhada em tabelas (Anexo 1), com uma descrição, fontes de financiamento (reais ou potenciais), o seu grau de prioridade, o investimento previsto, horizonte temporal de implementação, e os principais atores envolvidos na sua realização enquanto coordenadores ou parceiros.

7. Instrumentos e linhas de financiamento

De acordo com o artigo 14º do Decreto-lei n.º 116/2019, de 21 de agosto:

Ao financiamento das medidas e das ações constantes na proposta de plano de cogestão aplicam-se os princípios da responsabilização, racionalidade, eficiência, transparência e proporcionalidade.

O financiamento deve, ainda, obedecer a princípios de sustentabilidade económica num horizonte de médio prazo.

O financiamento das medidas e ações constantes nesta proposta de plano de cogestão processa-se de acordo com metas objetivas a alcançar.

Sem prejuízo das verbas disponibilizadas, anualmente, pelo Fundo Ambiental ou por outros cuja missão seja compatível com as medidas e ações previstas na proposta de plano de cogestão, tais medidas e ações podem ser financiadas por:

- Receitas próprias do ICNF, I.P.;
- Receitas próprias das demais entidades representadas na comissão de cogestão;
- Receitas obtidas no âmbito das medidas e das ações de valorização e divulgação referentes à área protegida;
- Verbas disponibilizadas pelos municípios abrangidos pela área protegida;
- Receitas obtidas por via de mecenato ambiental;
- Contribuições de fundos de direito privado, nacionais ou estrangeiros;
- Planos de investimento que tenham por objetivo a valorização do património cultural e natural do país, designadamente o Programa Valorizar, aprovado pelo Despacho

Normativo n.º 9/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 28 de outubro, na sua redação atual;

- Contribuições da União Europeia sujeitas a orientações fixadas pelas autoridades de gestão dos respetivos planos operacionais e aos regulamentos nacionais e da União Europeia, nomeadamente provenientes de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.
- As candidaturas a financiamento nacional ou da União Europeia para a execução de medidas constantes no plano de cogestão devem beneficiar os coeficientes de majoração na sua avaliação.

8. Monitorização

Indicadores de realização obrigatórios

Indicadores de Realização		Temática	Unidade	Unidades existentes	Meta		Observações
1	Porta de entrada	Porta(s) de entrada da AP, dotada(s) em permanência de meios de informação e sensibilização sobre valores naturais presentes.	N.º	1	3	+2	Apenas Centro de interpretação da RNPA em Arzila
2	Infraestruturas de lazer e visitação	Infraestruturas de lazer e visitação em bom estado de conservação (miradouros, parques de merenda, observatórios, passadiços, entre outras).	N.º	3	5	+2	Torre de observação + dois observatórios
3	Materiais de divulgação	Materiais de divulgação da AP (mapa, vídeo, folhetos/brochuras, merchandising, sítio de Internet, aplicação informática, entre outras).	N.º	3	6		Material obsoleto, com muitos anos
4	Rotas e percursos interpretativos	Rotas e/ou percursos interpretativos operacionais na AP (pedestres, clicáveis, equestres, entre outras).	N.º	1	4		
5	Sinalização	Estruturas de sinalização da AP em bom estado de conservação (pórticos de entrada, placas informativas, mesas interpretativas, locais de interesse, entre outras).	N.º	13	N/D		Material obsoleto e degradado
6	Visitação	Visitantes contabilizados nas infraestruturas de apoio da AP, nacionais e estrangeiros	N.º	1 363	3 000	+1 637	
7		Visitantes da AP através de Empresas de Turismo de Natureza.	N.º	N/D	1 000		
8		Reclamações resolvidas (n.º reclamações resolvidas /n.º total de reclamações recebidas).	%	N/D	80		
9	Natural.pt	Novos aderentes à marca Natural.pt.	N.º	N/D	4		
10		Tipologias de novos produtos e serviços aderentes à marca Natural.pt.	N.º	N/D	2		
11	Novas atividades e produtos	Novas atividades e/ou produtos passíveis de atribuir valor aos recursos e valores naturais presentes na AP	N.º	N/D	3		
12		Ações de promoção e divulgação das atividades económicas desenvolvidas compatíveis com os valores naturais presentes na AP.	N.º	N/D	10		

Indicadores de Realização		Temática	Unidade	Unidades existentes	Meta		Observações
13	Inovação	Projetos de inovação (ambiental, tecnológica, económica e social) aplicados a valores naturais ou a práticas e produtos tradicionais desenvolvidos na AP	N.º	N/D	4		
14	Educação e sensibilização ambiental	Projetos educativos e académicos, focados nos valores naturais e culturais presentes na AP.	N.º	N/D	2		
15		Participantes em ações (informação, formação e sensibilização) sobre valores naturais presentes na AP e boas práticas para usufruto do território.	N.º	N/D	150		
16	Participação pública no processo de cogestão	Iniciativas de participação pública no âmbito da cogestão da AP (sessões de consulta e discussão pública, palestras, workshops, ações de voluntariado e networking).	N.º	N/D	5		
17		Participações efetivas em consultas públicas no âmbito da cogestão da AP.	N.º	N/D	15		
18	Avaliação do processo de cogestão	Entidades envolvidas nos projetos colaborativos na AP (incluindo promotores, empresas, centros de investigação, instituições de ensino e formação, ONGA e municípios).	N.º	N/D	15		
19		Envolvimento das entidades parceiras na cogestão da AP (n.º de iniciativas de participação pública em que cada entidade parceira participou/ n.º total de iniciativas de participação pública)	N.º	N/D	3		
20		Financiamento do plano de cogestão da AP (financiamento existente/financiamento necessário).	%	N/D	N/D		
21		Execução de projetos e ações previstos no plano de cogestão da AP-execução física e financeira.	%	N/D	75		

9. Publicitação e divulgação

A publicitação e divulgação desta proposta de plano, bem como das ações e comunicações necessárias para a sua execução, serão realizadas através dos canais digitais oficiais das entidades que compõem a comissão de cogestão da RNPA; notícias e notas de imprensa divulgadas aos veículos de comunicação locais; sites do ICNF, I.P. e Natural.pt; e das comunicações às entidades interessadas integrantes dos grupos de trabalho temáticos.

10. Bibliografia

- Aldeias de Portugal. (2023). *Arzila—Aldeias de Portugal*. Aldeias de Portugal. Acedido a 2023-06-12 de <https://www.aldeiasdeportugal.pt/aldeia/arzila/>
- BioDiversity4All. (2023). *BioDiversity4All*. BioDiversity4All. Acedido a 2023-08-24 de <https://www.biodiversity4all.org/>
- Cabral, M. J., Almeida, J., Almeida, P. R., Dellinger, T., Ferrand de Almeida, N., Oliveira, M. E., Palmeirim, J. M., Queirós, A. I., Rogado, L., & Santos-Reis, M. (2005). *Livro vermelho dos vertebrados de Portugal*. Instituto da Conservação da Natureza.
- Carvalho, A. C. da S. (2016). *Reserva Natural do Paul de Arzila: Plano de Valorização*.
- CM Coimbra. (2021). *Programa Municipal Para as Alterações Climáticas* (pp. 1–195) [Programa Municipal]. Câmara Municipal de Coimbra.
- Crespo, L. C., Cardoso, P., Carvalho, R., Henriques, S. S., & Rufino, A. C. (2009). Spiders (Arachnida: Araneae) from the Paúl de Arzila Natural Reserve (Portugal). *Boletín de la Sociedad Entomológica Aragonesa*, 44, 305–313.
- da Luz Mathias, M., Fonseca, C., Rodrigues, L., Grilo, C., Lopes-Fernandes, M., Palmeirim, J. M., Santos-Reis, M., Alves, P. C., Cabral, J. A., & Ferreira, M. (2023). *Livro Vermelho dos Mamíferos de Portugal Continental*. Fciencias. ID, ICNF.
- DGT, D. G. do T. (2018). Carta Administrativa Oficial de Portugal. *Lisboa: DGT*.
- ICNF, I. da C. da N. e das F. (2004). *Reserva Natural do Paul de Arzila* (1ª edição). Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.
- INE, I. N. de E. (2021a). *Índice da População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário (Por ciclos de vida)* [dataset]. Acedido a 2023-06-12 de <http://www.ine.pt>
- INE, I. N. de E. (2021b). *População empregada (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário, Atividade económica (CAE Rev. 3) e Profissão (Grande grupo—CPP)* [dataset]. Acedido a 2023-06-12 de <http://www.ine.pt>
- IPMA, I. P. do M. e da A. (2023). *Normais Climatológicas 1981-2010*. Acedido a 2023-06-12 de <https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/>
- IUCN. (2023). *The IUCN Red List of Threatened Species*. The IUCN Red List of Threatened Species. Acedido a 2023-06-12
- INEG, L. N. de E. e G. (2019). *Carta Geológica de Portugal 1/50 000*. Acedido a 2023-08-23 em: https://geoportal.ineg.pt/pt/dados_abertos/cartografia_geologica/cgp50k/

- Magalhães, M. F., Amaral, S. D., Sousa, M., Alexandre, C. M., Raposo de Almeida, P., Alves, M. J., Cortes, R., Farrobo, A., Filipe, A. F., & Franco, A. (2023). *Livro Vermelho dos Peixes Dulciaquícolas e Diádromos de Portugal Continental*. ICNF.
- MAMAOT, M. da A., do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, & ICNF, I. da C. da N. e das F. (2011). *Carta de Desporto Da Natureza da Reserva Natural do Paul de Arzila—Estudo Preliminar*.
- Paiva, J. A. R. (1993). *A flora e a vegetação da reserva natural do Paul de Arzila*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza. <https://books.google.pt/books?id=TQTUAAAACAAJ>
- Pinho, J. C. S. (2013). Freguesia de Arzila—O Paúl e a Comunidade [Seis Séculos de História]. *Actas das Juntas de Paróquia do Concelho de Coimbra*, 110 (326), 1896–1898.

Anexos

Anexo 1 – Lista da Flora Vascular da RNPA

Espécie	Nome Comum	Família	Tipo Biológico	IUCN Lista Vermelha - Global	Lista Vermelha da Flora Vascular Portugal Continental	Dir. Habitats	Outra legislação	Curiosidade
Alismatales								
<i>Sagittaria sagittifolia</i>	Sagitária; Frecha	Alismataceae	Helófito	Pouco preocupante (LC)	Criticamente em Perigo (CR)			Potencialmente regionalmente extinta
<i>Lemna sp.</i>	Lentilha-de-água	Araceae	Hidrófito					
Apiales								
<i>Daucus carota</i>	Cenoura; Cenoura-brava	Apiaceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Foeniculum vulgare</i>	Funcho	Apiaceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Hedera helix</i>	Hera	Araliaceae	Escadente (Trepadeira)	Pouco preocupante (LC)				
Asparagales								
<i>Muscari comosum</i>	Jacinto-Das-Searas	Asparagaceae	Geófito (bolbos ou rizomas)	Não Avaliado (NE)				
<i>Ornithogalum narbonense</i>	Cebolinho-de-Flor-Branca	Asparagaceae	Geófito (bolbos ou rizomas)	Não Avaliado (NE)				
<i>Polygonatum odoratum</i>	Selo-de-salomão	Asparagaceae	Geófito (bolbos ou rizomas)	Pouco preocupante (LC)				

<i>Ruscus aculeatus</i>	Gilbardeira	Asparagaceae	Geófito (bolbos ou rizomas)	Pouco preocupante (LC)	Pouco preocupante (LC)	V		
<i>Asplenium adiantum-nigrum</i>		Aspleniaceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Asplenium onopteris</i>		Aspleniaceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Não Avaliado (NE)				
<i>Asplenium trichomanes</i>	Avenca-Brava; Avencão	Aspleniaceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Gladiolus illyricus</i>	Calças-de-Cuco	Iridaceae	Geófito (bolbos ou rizomas)	Não Avaliado (NE)				
<i>Anacamptis pyramidalis</i>	Satirião-Menor	Orchidaceae	Geófito (bolbos ou rizomas)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Iris pseudacorus</i>	Íris-Amarelo; Lírio-amarelo-dos-pântanos	Orchidaceae	Helófito	Pouco preocupante (LC)				
<i>Ophrys apifera</i>	Abelheira	Orchidaceae	Geófito (bolbos ou rizomas)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Serapias lingua</i>	Erva-Língua	Orchidaceae	Geófito (bolbos ou rizomas)	Pouco preocupante (LC)				
Asterales								
<i>Arctium minus</i>		Asteraceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Não Avaliado (NE)				
<i>Bidens frondosa</i>	Erva-Rapa	Asteraceae	Terófito (plantas anuais)	Pouco preocupante (LC)	Não aplicável (NA)		Invasora (anexo II do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 julho)	
<i>Carlina hispanica</i>	Cardo-amarelo	Asteraceae	Proto-hemicriptófito	Não Avaliado (NE)				
<i>Cichorium intybus</i>	Chicória; Almeirão	Asteraceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Pouco preocupante (LC)				

<i>Cirsium arvense</i>	Cardo	Asteraceae	Geófito (bolbos ou rizomas)	Não Avaliado (NE)				
<i>Erigeron sumatrensis</i>	Avoadinha-Marfim	Asteraceae	Caméfito	Não Avaliado (NE)	Não aplicável (NA)		Invasora (anexo II do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 julho)	
<i>Galactites tomentosus</i>	Cardo-Dos-Picos	Asteraceae	Terófito (plantas anuais)	Não Avaliado (NE)				
<i>Taraxacum sp.</i>	Dentes-de-Leão	Asteraceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Não Avaliado (NE)				
<i>Campanula sp.</i>		Campanulaceae	Fanerófito (árvores e arbustos); Hemicriptófito (plantas perenes)					
Brassicales								
<i>Cardamine pratensis</i>	Agrião-Dos-Prados	Brassicaceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Nasturtium officinale</i>	Agrião	Brassicaceae	Helófito	Pouco preocupante (LC)				
Caryophyllales								
<i>Silene flos-cuculi</i>	Flor-de-Cuco	Caryophyllaceae	Terófito (plantas anuais)	Em Perigo (EN)				
<i>Silene latifolia</i>	Assobios	Caryophyllaceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Não Avaliado (NE)				
Commelinales								
<i>Tradescantia fluminensis</i>	Erva-da-Fortuna; Tradescância	Commelinaceae	Proto-hemicriptófito	Não Avaliado (NE)	Não aplicável (NA)		Invasora (anexo II do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 julho)	

Cucurbitales								
<i>Ecballium elaterium</i>	Pepino-de-São-Gregório	Cucurbitaceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Não Avaliado (NE)				
Dioscoreales								
<i>Dioscorea communis</i>	Norça-Preta; Arrebenta-boi; Uva-de-cão; Baganha	Dioscoreaceae	Escadente (Trepadeira); Geófito (bolbos ou rizomas)	Pouco preocupante (LC)				
Dipsacales								
<i>Dipsacus fullonum</i>	Cardo-Penteador-Bravo; Cardo-Penteador-do-Norte	Caprifoliaceae	Proto-hemicriptófito	Não Avaliado (NE)				
<i>Lonicera periclymenum</i>	Madressilva-Das-Boticas	Caprifoliaceae	Fanerófito (árvores e arbustos); Escadente (Trepadeira)	Não Avaliado (NE)				
Equisetales								
<i>Equisetum telmateia</i>	Cavalinha-Gigante	Equisetaceae	Geófito (bolbos ou rizomas)	Pouco preocupante (LC)				
Ericales								
<i>Arbutus unedo</i>	Medronheiro	Ericaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Calluna vulgaris</i>	Torga-Ordinária	Ericaceae	Caméfito; Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Erica arborea</i>	Urze-Arbórea	Ericaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Anagallis arvensis</i>	Morrião	Primulaceae	Terófito (plantas anuais)	Não Avaliado (NE)				

<i>Lysimachia vulgaris</i>	Lisimáquia	Primulaceae	Helófito; Proto-hemicriptófito	Pouco preocupante (LC)				
Fabales								
<i>Lathyrus sp.</i>		Fabaceae	Terófito (plantas anuais); Proto-hemicriptófito; Escandente (Trepadeira)					
<i>Trifolium fragiferum</i>	Trevo-Morango	Fabaceae	Proto-hemicriptófito	Não Avaliado (NE)				
<i>Trifolium repens</i>	Trevo-Branco	Fabaceae	Proto-hemicriptófito	Não Avaliado (NE)				
<i>Ulex sp.</i>	Tojos	Fabaceae	Caméfito					
Fagales								
<i>Alnus glutinosa</i>	Amieiro	Betulaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Corylus avellana</i>	Aveleira	Betulaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Quercus coccifera</i>	Carrasco	Fagaceae	Caméfito; Phanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Quercus estremadurensis</i>	Carvalho-Estremenho; Carvalho-da-Estremadura	Fagaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Não Avaliado (NE)				
<i>Quercus faginea</i>	Carvalho-Cerquinho; Carvalho-português	Fagaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Quercus robur</i>	Carvalho-alvarinho	Fagaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Quercus suber</i>	Sobreiro	Fagaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)			Decreto-Lei n.º 169/2001, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de Junho	Árvore Nacional de Portugal - RAR n.º 15/2012

Gentianales								
<i>Vinca difformis</i>	Pervinca-Intermédia	Apocynaceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Não Avaliado (NE)				
<i>Galium broterianum</i>		Rubiaceae	Proto-hemicriptófito	Não Avaliado (NE)	Não Avaliado (NE)			Endémica da Península Ibérica
Geraniales								
<i>Erodium moschatum</i>	Bico-de-Cegonha-Mosqueado	Geraniaceae	Terófito (plantas anuais)	Não Avaliado (NE)				
<i>Geranium purpureum</i>	Erva-Roberta	Geraniaceae	Terófito (plantas anuais)	Não Avaliado (NE)				
Lamiales								
<i>Clinopodium vulgare</i>	Zópiro	Lamiaceae	Terófito (plantas anuais)	Não Avaliado (NE)				
<i>Lamium purpureum</i>		Lamiaceae	Terófito (plantas anuais)	Não Avaliado (NE)				
<i>Lavandula stoechas</i>	Rosmaninho	Lamiaceae	Caméfito; Fanerófito (árvores e arbustos)	Não Avaliado (NE)				
<i>Lycopus europaeus</i>	Marroio-de-Água	Lamiaceae	Proto-hemicriptófito	Pouco preocupante (LC)				
<i>Mentha sp.</i>	Hortelãs	Lamiaceae	Proto-hemicriptófito; Helófito					
<i>Prunella vulgaris</i>	Consolda-Menor; Erva-férrea	Lamiaceae	Proto-hemicriptófito	Pouco preocupante (LC)				
<i>Stachys ocymastrum</i>	Betónica-Hirta	Lamiaceae	Terófito (plantas anuais); Proto-hemicriptófito	Não Avaliado (NE)				
<i>Fraxinus angustifolia</i>	Freixo-comum	Oleaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				

<i>Bellardia viscosa</i>	Erva-Peganhenta	Orobanchaceae	Terófito (plantas anuais); Epífito (plantas que vivem sob ramos)	Não Avaliado (NE)				
<i>Callitriche stagnalis</i>	Morrugem-d'Água	Plantaginaceae	Hidrófito, Helófito, Terófito	Pouco preocupante (LC)				
<i>Digitalis purpurea</i>	Dedaleira	Plantaginaceae	Hemicriptófito (plantas perenes); Proto- hemicriptófito	Pouco preocupante (LC)				
<i>Kickxia sp.</i>		Plantaginaceae	Terófito (plantas anuais)					
<i>Plantago major</i>	Tanchagem	Plantaginaceae	Hemicriptófito (plantas perenes); Terófito (plantas anuais)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Veronica persica</i>	Verónica-Bastarda	Plantaginaceae	Terófito (plantas anuais)	Não Avaliado (NE)				
<i>Scrophularia grandiflora</i>		Scrophulariaceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Pouco preocupante (LC)	Pouco preocupante (LC)	V		Endémico de Portugal
<i>Verbascum virgatum</i>	Cachapeiro-Das-Vergas	Scrophulariaceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Não Avaliado (NE)				
<i>Laurus nobilis</i>	Loureiro	Lauraceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
Liliales								
<i>Smilax aspera</i>	Salsaparrilha-Brava	Smilacaceae	Fanerófito (árvores e arbustos); Escadente (Trepadeira)	Pouco preocupante (LC)				
Malpighiales								
<i>Hypericum undulatum</i>	Hiperião-ondulado	Hypericaceae	Proto-hemicriptófito	Não Avaliado (NE)				
<i>Linum bienne</i>	Linho-Bravo; Linho-galego	Linaceae	Hemicriptófito (plantas perenes); Helófito	Não Avaliado (NE)				
<i>Populus nigra</i>	Choupo-negro; Álamo-negro	Salicaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Data deficiente (DD)	Não aplicável (NA)			Exótico

<i>Salix alba</i>	Vimeiro-Branco	Salicaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Salix atrocinerea</i>	Salgueiro-Preto; Borrazeira-preta	Salicaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
Malvales								
<i>Cistus inflatus</i>	Sanganho	Cistaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Não Avaliado (NE)				
<i>Cistus</i> sp.	Estevas	Cistaceae	Caméfitos					
Myrtales								
<i>Lythrum salicaria</i>	Erva-Carapau; Salgueirinha	Lythraceae	Hemicriptófito (plantas perenes); Helófito	Pouco preocupante (LC)				
<i>Eucalyptus globulus</i>	Eucalipto-comum	Myrtaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				Exótico
Nymphaeales								
<i>Nuphar luteum</i>	Nenúfar; Golfão-amarelo	Nymphaeaceae	Hidrófito	Pouco preocupante (LC)				
<i>Nymphaea alba</i>	Nenúfar	Nymphaeaceae	Hidrófito	Pouco preocupante (LC)				
Osmundales								
<i>Osmunda regalis</i>	Feto-real	Osmundaceae	Hemicriptófito	Pouco preocupante (LC)				
Oxalidales								
<i>Oxalis pes-caprae</i>	Azeda	Oxalidaceae	Geófito (bolbos ou rizomas)	Não Avaliado (NE)	Não aplicável (NA)		Invasora (anexo II do Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 julho)	

Pinales								
<i>Pinus pinaster</i>	Pinheiro-bravo	Pinaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Pinus pinea</i>	Pinheiro-manso	Pinaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
Piperales								
Aristolochia paucinervis	Erva-Bicha	Aristolochiaceae	Geófito (bolbos ou rizomas)	Pouco preocupante (LC)				
Poales								
Carex sp.	Junças	Cyperaceae	Hemicriptófito (plantas perenes); Geófito (bolbos ou rizomas)					
Schoenoplectus lacustris	Bunho	Cyperaceae	Helófito	Pouco preocupante (LC)				
Juncus sp.	Juncos	Juncaceae	Caméfito; Fanerófito (árvores e arbustos); Hemicriptófito (plantas perenes)					
Paspalum dilatatum	Milhã-Graminheira	Poaceae	Proto-hemicriptófito	Não Avaliado (NE)	Não aplicável (NA)			Exótica
Phragmites australis	Caniço	Poaceae	Helófito; Hidrófito	Não Avaliado (NE)				
Sparganium erectum	Espadana	Typhaceae	Hidrófito; Helófito	Pouco preocupante (LC)				
Typha latifolia	Tabua-de-Folha-Larga	Typhaceae	Helófito	Pouco preocupante (LC)				
Polypodiales								
<i>Polystichum setiferum</i>	Fentanha	Dryopteridaceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Pouco preocupante (LC)				

Ranunculales								
<i>Fumaria muralis</i>		Papaveraceae	Terófito (plantas anuais); Escadente	Não Avaliado (NE)				
<i>Fumaria officinalis</i>	Erva-Moleirinha	Papaveraceae	Terófito (plantas anuais)	Não Avaliado (NE)				
<i>Papaver rhoeas</i>	Papoila	Papaveraceae	Terófito (plantas anuais)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Ficaria verna</i>	Celidónia-Serôdia; Ficária	Ranunculaceae	Geófito (bolbos ou rizomas)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Ranunculus peltatus</i>	Ranúnculo-aquático; Borboleta-d'água	Ranunculaceae	Hidrófito	Pouco preocupante (LC)				
<i>Ranunculus trilobus</i>	Ranúnculo-trilobado	Ranunculaceae	Terófito (plantas anuais)	Pouco preocupante (LC)				
Rosales								
<i>Frangula alnus</i>	Sanguinho	Rhamnaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Crataegus monogyna</i>	Espinheiro-alvar; Pilriteiro	Rosaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Prunus spinosa</i>	Abrunheiro-Bravo	Rosaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Pouco preocupante (LC)				
<i>Rosa canina</i>	Rosa Brava; Rosa-canina	Rosaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Não Avaliado (NE)				
<i>Rosa sempervirens</i>	Roseira-Brava	Rosaceae	Fanerófito (árvores e arbustos); Escadente (Trepadeira)	Não Avaliado (NE)				
<i>Rubus ulmifolius</i>	Silva-Ulmeira	Rosaceae	Fanerófito (árvores e arbustos); Escadente (Trepadeira)	Não Avaliado (NE)				

<i>Sanguisorba hybrida</i>	Agrimónia-bastarda	Rosaceae	Hemicriptófito	Não Avaliado (NE)	Não Avaliado (NE)			Endémica da Península Ibérica
<i>Ulmus minor</i>	Ulmeiro	Ulmaceae	Fanerófito (árvores e arbustos)	Data deficiente (DD)				
Saxifragales								
<i>Umbilicus rupestris</i>	Conchelos; Umbigo-de-Vénus	Crassulaceae	Hemicriptófito (plantas perenes)	Não Avaliado (NE)				
<i>Myriophyllum</i> sp.		Haloragaceae	Hidrófito					
Solanales								
<i>Solanum chenopodioides</i>		Solanaceae	Terófito (plantas anuais); Proto-hemicriptófito	Não Avaliado (NE)	Não aplicável (NA)			Exótica

Anexo 2 – Lista da Fauna da RNPA

Espécie	Nome Comum	Família	Endemismo/ Invasora	Cat. IUCN - Portugal	Convenção Berna-Anexo	Convenção Borna- Anexo	CITES	Dir. Habitats/Di r. Aves	Outra legislação
Mamíferos									
<i>Vulpes vulpes</i>	Raposa	Canidae		Pouco preocupante (LC)			D		
<i>Microtus agrestis</i>	Rato-Do-Campo-de-Rabo-Curto	Cricetidae		Pouco preocupante (LC)					
<i>Microtus lusitanicus</i>	Rato-cego	Cricetidae		Pouco preocupante (LC)					
<i>Felis silvestris</i>	Gato-Bravo	Felidae		Vulnerável (VU)	II		II_A		
<i>Herpestes ichneumon</i>	Sacarrabos; Mangusto; Escalavardo	Herpestidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho-bravo	Leporidae		Quase ameaçado (NT)					
<i>Tadarida teniotis</i>	Morcego-rabudo	Molossidae		Informação Insuficiente (DD)	II	II; Decreto n.º 31/95, de 18 de Agosto			
<i>Apodemus sylvaticus</i>	Rato-do-campo	Muridae		Pouco preocupante (LC)					
<i>Mus musculus</i>	Rato-doméstico; Murganho	Muridae		Pouco preocupante (LC)					
<i>Mus spretus</i>	Rato-das-hortas	Muridae		Pouco preocupante (LC)					
<i>Rattus norvegicus</i>	Ratazana	Muridae	Exótica	Não aplicável (NA)					
<i>Rattus rattus</i>	Ratazana-Preta	Muridae		Pouco preocupante (LC)					

<i>Lutra lutra</i>	Lontra	Mustelidae		Pouco preocupante (LC)	II		I-A		Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Meles meles</i>	Texugo	Mustelidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Mustela nivalis</i>	Doninha	Mustelidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Sciurus vulgaris</i>	Esquilo-Vermelho	Sciuridae		Pouco preocupante (LC)	III			B-IV	
<i>Crocidura russula</i>	musaranho-de-dentes-brancos	Soricidae		Pouco preocupante (LC)	III			B-V; D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Sorex granarius</i>	Musaranho-de-dentes-vermelhos	Soricidae	Ibérico	Não Avaliado (NE)	III				
<i>Sus scrofa</i>	Javali	Suidae		Pouco preocupante (LC)				B-IV	
<i>Talpa occidentalis</i>	Toupeira	Talpidae		Pouco preocupante (LC)					
<i>Barbastella barbastellus</i>	Morcego-negro	Vespertilionidae		Informação Insuficiente (DD)	II	II; Decreto n.º 31/95, de 18 de Agosto			
<i>Nyctalus leisleri</i>	Morcego-arborícola-pequeno; Morcego-arborícola da Madeira	Vespertilionidae		Informação Insuficiente (DD)	II	II; Decreto n.º 31/95, de 18 de Agosto			
<i>Pipistrellus kuhlii</i>	Morcego de Kuhl	Vespertilionidae		Informação Insuficiente (DD)	II	II; Decreto n.º 31/95, de 18 de Agosto			Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro
<i>Pipistrellus pipistrellus</i>	Morcego-anão	Vespertilionidae		Pouco preocupante (LC)	II	II; Decreto n.º 31/95, de 18 de Agosto			Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro
<i>Pipistrellus pygmaeus</i>	Morcego-pigmeu	Vespertilionidae		Pouco preocupante (LC)	II	II; Decreto n.º 31/95, de 18 de Agosto		B-II; B-IV	

<i>Genetta genetta</i>	Gineta	Viverridae		Pouco preocupante (LC)	III				
Aves									
<i>Tachybaptus ruficollis</i>	Mergulhão-pequeno	Podicipedidae		Podicipedidae		Pouco preocupante (LC)	II		
<i>Phalacrocorax carbo</i>	Corvo-marinho-de-faces-brancas; Corvo-marinho	Phalacrocoracidae		Phalacrocoracidae		Pouco preocupante (LC)	III		
<i>Ardea cinerea</i>	Garça-real	Ardeidae		Ardeidae		Pouco preocupante (LC)	III		
<i>Ardea purpurea</i>	Garça-vermelha	Ardeidae		Ardeidae		Em perigo (EN)	II	A-I	
<i>Bubulcus ibis</i>	Carraceiro; Garça-boieira	Ardeidae		Ardeidae		Pouco preocupante (LC)	II		
<i>Egretta garzetta</i>	Garça-branca	Ardeidae		Ardeidae		Pouco preocupante (LC)	II	A-I	
<i>Ixobrychus minutus</i>	Garçote; Garça-pequena	Ardeidae		Ardeidae		Pouco preocupante (LC)	II	A-I	
<i>Nycticorax nycticorax</i>	Goraz	Ardeidae		Ardeidae		Em perigo (EN)	II	A-I	
<i>Ciconia ciconia</i>	Cegonha-branca	Ciconiidae		Ciconiidae		Pouco preocupante (LC)	II	A-I	
<i>Anas acuta</i>	Arrábio	Anatidae		Anatidae		Pouco preocupante (LC)	III	D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro

<i>Spatula clypeata</i>	Pato-colhereiro; Pato-trombeteiro	Anatidae		Anatidae		Em perigo (EN)	III	D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Anas crecca</i>	Marrequinha; Marreco (A)	Anatidae		Anatidae		Pouco preocupante (LC)	III	D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Mareca penelope</i>	Piadeira	Anatidae		Anatidae		Pouco preocupante (LC)	III	D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Anas platyrhynchos</i>	Pato-real	Anatidae		Anatidae		Pouco preocupante (LC)	III	D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Mareca strepera</i>	Frisada	Anatidae		Anatidae		Vulnerável (VU)	III	D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Accipiter gentilis</i>	Açor	Accipitridae		Vulnerável (VU)	II	II		D	
<i>Accipiter nisus</i>	Gavião-europeu; Fura-bardos (M)	Accipitridae		Pouco preocupante (LC)	II	II	II-A	A-I	
<i>Buteo buteo</i>	Águia-d'asa-redonda; Milhafre (A); Manta (M)	Accipitridae		Pouco preocupante (LC)	II	II	II-A		
<i>Circaetus gallicus</i>	Águia-cobreira	Accipitridae		Quase ameaçado (NT)	II	II	II-A	A-I	
<i>Circus aeruginosus</i>	Águia-sapeira; Tartaranhão-ruivo-dos-pauis	Accipitridae		Vulnerável (VU)	II	II	II-A	A-I	
<i>Hieraaetus pennatus</i>	Águia-calçada	Accipitridae		Quase ameaçado (NT)	II	II	II-A	A-I	
<i>Milvus migrans</i>	Milhafre-preto	Accipitridae		Pouco preocupante (LC)	II	II	II-A	A-I	

<i>Pandion haliaetus</i>	Águia-pesqueira; Guincho	Pandionidae		Criticamente em Perigo (CR)	II	II	II-A	A-I	
<i>Falco subbuteo</i>	Ógea	Falconidae		Vulnerável (VU)	II	II	II-A		
<i>Falco tinnunculus</i>	Peneireiro; Francelho (M)	Falconidae		Pouco preocupante (LC)	II	II	II-A		
<i>Alectoris rufa</i>	Perdiz	Phasianidae		Pouco preocupante (LC)	III			D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Coturnix coturnix</i>	Codorniz	Phasianidae		Pouco preocupante (LC)	III			D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Fulica atra</i>	Galeirão	Rallidae		Pouco preocupante (LC)	III	II		D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Gallinula chloropus</i>	Galinha-d'água	Rallidae		Pouco preocupante (LC)	III			D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Rallus aquaticus</i>	Frango-d'água	Rallidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Porphyrio porphyrio</i>	Camão; Caimão	Rallidae		Vulnerável (VU)	II			A-I	
<i>Charadrius dubius</i>	Borrelho-pequeno-de-coleira	Charadriidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Vanellus vanellus</i>	Abibe	Charadriidae		Pouco preocupante (LC)	III	II			
<i>Gallinago gallinago</i>	Narceja	Scolopacidae		Criticamente em Perigo (CR)	III	II		D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Scolopax rusticola</i>	Galinholá	Scolopacidae		Informação Insuficiente (DD)	III	II		D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Tringa ochropus</i>	Maçarico-bique-bique	Scolopacidae		Quase ameaçado (NT)	II	II			
<i>Himantopus himantopus</i>	Pernilongo; Perna-longa	Recurvirostridae		Pouco preocupante (LC)	II	II	II-A		

<i>Larus cachinnans</i>	Gaivota-de-patas-amarelas	Laridae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Larus fuscus</i>	Gaivota-de-asa-escura	Laridae		Vulnerável (VU)					
<i>Chroicocephalus ridibundus</i>	Guincho-comum	Laridae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Rissa tridactyla</i>	Gaivota-tridáctila	Laridae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Columba palumbus</i>	Pombo-torcaz	Columbidae		Pouco preocupante (LC)				A-I//D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Streptopelia decaocto</i>	Rola-turca	Columbidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Streptopelia turtur</i>	Rola-brava	Columbidae		Pouco preocupante (LC)	III		A	D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Cuculus canorus</i>	Cuco	Cuculidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Otus scops</i>	Mocho-d'orelhas	Strigidae		Informação Insuficiente (DD)	II		II-A		
<i>Bubo bubo</i>	Bufo-real	Strigidae		Quase ameaçado (NT)	II		II-A	A-I	
<i>Athene noctua</i>	Mocho-galego	Strigidae		Pouco preocupante (LC)	II		II-A		
<i>Tyto alba</i>	Coruja-das-torres	Tytonidae		Pouco preocupante (LC)	II		II-A		
<i>Caprimulgus europaeus</i>	Noitibó-cinzento	Caprimulgidae		Vulnerável (VU)	II		II-A		
<i>Apus apus</i>	Andorinhão-preto	Apodidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Alcedo atthis</i>	Guarda-rios	Alcedinidae		Pouco preocupante (LC)	II			A-I	
<i>Merops apiaster</i>	Abelharuco	Meropidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Upupa epops</i>	Poupa	Upupidae		Pouco preocupante (LC)	II				

<i>Dendrocopos major</i>	Picapau-malhado; Picapau-malhado-grande	Picidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Picus sharpei</i>	Pica-pau-verde-ibérico; Peto-real; Peto-verde	Picidae	Ibérico	Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Alauda arvensis</i>	Laverca	Alaudidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Galerida cristata</i>	Cotovia-de-poupa	Alaudidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Lullula arborea</i>	Cotovia-dos-bosques; Cotovia-pequena	Alaudidae		Pouco preocupante (LC)	III			A-I	
<i>Delichon urbicum</i>	Andorinha-dos-beirais	Hirundinidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Hirundo rustica</i>	Andorinha-das-chaminés	Hirundinidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Riparia riparia</i>	Andorinha-das-barreiras	Hirundinidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Anthus campestris</i>	Petinha-dos-campos	Motacillidae		Pouco preocupante (LC)	II			A-I	
<i>Anthus pratensis</i>	Petinha-dos-prados	Motacillidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Anthus spinoletta</i>	Petinha-ribeirinha	Motacillidae		Em perigo (EN)	II				
<i>Anthus trivialis</i>	Petinha-das-árvores	Motacillidae		Quase ameaçado (NT)	II				
<i>Motacilla alba</i>	Alvéola-branca	Motacillidae		Pouco preocupante (LC)	II				

<i>Motacilla cinerea</i>	Alvéola-cinza; Lavadeira	Motacillidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Motacilla flava</i>	Alvéola-amarela	Motacillidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Lanius meridionalis</i>	Picanço-real	Laniidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Troglodytes troglodytes</i>	Carriça	Troglodytidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Prunella modularis</i>	Ferreirinha	Prunellidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Erithacus rubecula</i>	Pisco-de-peito-ruivo	Turdidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Luscinia megarhynchos</i>	Rouxinol	Turdidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Luscinia svecica</i>	Pisco-de-peito-azul	Turdidae		Pouco preocupante (LC)	II	II		A-I	
<i>Oenanthe oenanthe</i>	Chasco-cinzento	Turdidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Phoenicurus ochruros</i>	Rabirruivo; Rabirruivo-preto	Turdidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Saxicola rubicola</i>	Cartaxo	Turdidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Turdus iliacus</i>	Tordo-ruivo	Turdidae		Pouco preocupante (LC)	II	II		D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Turdus merula</i>	Melro; Melro-preto; Melro-negro	Turdidae		Pouco preocupante (LC)	III	II		D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Turdus philomelos</i>	Tordo-pinto; Tordo-músico	Turdidae		Quase ameaçado (NT)	III	II		D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro

<i>Turdus viscivorus</i>	Tordoveia; Tordeia	Turdidae		Pouco preocupante (LC)	III			D	Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro
<i>Acrocephalus arundinaceus</i>	Rouxinol-grande-dos-caniços	Sylviidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Acrocephalus scirpaceus</i>	Rouxinol-dos-caniços; Rouxinol-pequeno-dos-caniços"	Sylviidae		Quase ameaçado (NT)	II	II			
<i>Cettia cetti</i>	Rouxinol-bravo	Sylviidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Cisticola juncidis</i>	Fuinha-dos-juncos	Sylviidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Hippolais polyglotta</i>	Felosa-poliglota	Sylviidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Locustella luscoides</i>	Cigarrinha-ruiva	Locustellidae		Vulnerável (VU)	II	II			
<i>Locustella naevia</i>	Cigarrinha-malhada	Locustellidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Phylloscopus collybita</i>	Felosa-comum; Felosinha	Phylloscopidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Phylloscopus trochilus</i>	Felosa-musical	Phylloscopidae			II	II			
<i>Regulus ignicapilla</i>	Estrelinha-Real	Regulidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Sylvia atricapilla</i>	Toutinegra-de-Barrete; Toutinegra-de-barrete-preto	Sylviidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Sylvia borin</i>	Toutinegra-das-figueiras; Felosa-das-figueiras	Sylviidae		Vulnerável (VU)	II	II			

<i>Curruca communis</i>	Papa-amoras	Sylviidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Curruca melanocephala</i>	Toutinegra-dos-valados; Toutinegra-de-cabeça-preta	Sylviidae		Pouco preocupante (LC)	II	II			
<i>Curruca undata</i>	Toutinegra-do-mato; Felosa-do-mato	Sylviidae		Pouco preocupante (LC)	II			A-I	
<i>Ficedula hypoleuca</i>	Papa-moscas	Muscicapidae			II	II			
<i>Muscicapa striata</i>	Papa-moscas-cinzentos; Taralhão-cinzentos	Muscicapidae		Quase ameaçado (NT)	II	II			
<i>Parus ater</i>	Chapim-Carvoeiro; Chapim-preto	Paridae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Cyanistes caeruleus</i>	Chapim-azul	Paridae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Lophophanes cristatus</i>	Chapim-de-poupa	Paridae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Parus major</i>	Chapim-Real	Paridae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Aegithalos caudatus</i>	Chapim-Rabilongo	Aegithalidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Certhia brachydactyla</i>	Trepadeira-Comum	Certhiidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Emberiza cia</i>	Cia	Emberizidae		Em perigo (EN) - Reprodutora; Vulnerável (VU) - Migratória	II				
<i>Emberiza cirrus</i>	Escrevedeira-de-Garganta-Preta	Emberizidae		Pouco preocupante (LC)	II				

<i>Emberiza schoeniclus</i>	Escrevedeira-dos-Caníços	Emberizidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Linaria cannabina</i>	Pintarroxo	Fringillidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Carduelis carduelis</i>	Pintassilgo	Fringillidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Chloris chloris</i>	Verdilhão	Fringillidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Spinus spinus</i>	Lugre	Fringillidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Fringilla coelebs</i>	Tentilhão-Comum	Fringillidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Fringilla montifringilla</i>	Tentilhão-Montês	Fringillidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Pyrrhula pyrrhula</i>	Dom-Fafe	Fringillidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Serinus serinus</i>	Milheirinha; Milheira; Chafariz	Fringillidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Passer domesticus</i>	Pardal	Passeridae		Pouco preocupante (LC)					
<i>Passer montanus</i>	Pardal-Montês	Passeridae		Quase ameaçado (NT)	III				
<i>Estrilda astrild</i>	Bico-de-Lacre	Estrildidae		Não aplicável (NA)			C		
<i>Sturnus unicolor</i>	Estorninho-Preto	Sturnidae		Pouco preocupante (LC)					
<i>Sturnus vulgaris</i>	Estorninho-Malhado	Sturnidae		Pouco preocupante (LC)	II			D	
<i>Oriolus oriolus</i>	Papa-figos	Oriolidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Corvus corone</i>	Gralha-Preta	Corvidae		Pouco preocupante (LC)				D	
<i>Garrulus glandarius</i>	Gaio	Corvidae		Pouco preocupante (LC)				D	
<i>Pica pica</i>	Pega	Corvidae		Pouco preocupante (LC)				D	

Anfíbios									
<i>Salamandra salamandra</i>	Salamandra-de-pintas-amarelas; Salamandra-do-Fogo	Salamandridae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Lissotriton boscai</i>	Tritão-de-ventre-laranja	Salamandridae	Ibérico	Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Triturus marmoratus</i>	Tritão-marmoreado	Salamandridae		Pouco preocupante (LC)	III			B-IV	
<i>Discoglossus galganoi</i>	Rã-de-focinho-pontiagudo	Discoglossidae	Ibérico	Quase ameaçado (NT)	III			B-II; B-IV	
<i>Pelodytes ibericus</i>	Sapinho-de-verrugas-verdes-ibérico	Pelodytidae	Ibérico	Não Avaliado (NE)	III				
<i>Bufo spinosus</i>	Sapo-comum	Bufonidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Hyla molleri</i>	Rela	Hylidae		Pouco preocupante (LC)	II			B-IV	
<i>Pelophylax perezi</i>	Rã-verde	Ranidae		Pouco preocupante (LC)	III			B-V	
Répteis									
<i>Mauremys leprosa</i>	Cágado-mediterrânico	Emydae		Pouco preocupante (LC)	II			B-II; B-IV	
<i>Anguis fragilis</i>	Cobra-de-vidro	Anguidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Chalcides striatus</i>	Fura-pastos; Cobra-de-pernas-tridáctila	Scincidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Lacerta schreiberi</i>	lagarto-de-água	Lacertidae	Ibérico	Pouco preocupante (LC)	II			B-II; B-IV	
<i>Podarcis virescens</i>	Lagartixa-esverdeada	Lacertidae	Iberico	Não Avaliado (NE)	III				

<i>Psammodromus algerus</i>	Lagartixa-do-mato	Lacertidae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Timon lepidus</i>	Sardão	Lacertidae		Pouco preocupante (LC)	II				
<i>Rhinechis scalaris</i>	Cobra-de-escada	Colubridae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Malpolon monspessulanus</i>	Cobra-rateira	Colubridae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Natrix maura</i>	Cobra-de-água-viperina	Colubridae		Pouco preocupante (LC)	III				
<i>Natrix astreptophora</i>	Cobra-de-água-de-colar	Colubridae		Pouco preocupante (LC)	III			B-II; B-IV	
Peixes									
<i>Anguilla anguilla</i>	Enguia-europeia	Anguillidae		Em perigo (EN)		II	IIB	B-II	Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959; Decreto-Lei n.º 278/87, de 7 de Julho
<i>Barbus bocagei</i>	Barbo-comum	Cyprinidae	Ibérico	Pouco preocupante (LC)	III			B-V	Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959
<i>Carassius auratus</i>	Pimpão	Cyprinidae	Exótica	Não aplicável (NA)					Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959; Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro
<i>Pseudochondrostoma sp.</i>	Boga-comum	Cyprinidae		Pouco preocupante (LC)					Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959
<i>Cyprinus carpio</i>	Carpa	Cyprinidae	Exótica	Não aplicável (NA)					Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959; Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro
<i>Gobio gobio</i>	Góbio	Cyprinidae	Exótica	Não aplicável (NA)					Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959; Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro
<i>Squalius sp.</i>	Escalo	Cyprinidae			III			B-II	Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959

<i>Achondrosto ma oligolepis</i>	Ruivaco	Cyprinidae	Iberico	Pouco preocupante (LC)	III			B-II	Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959
<i>Cobitis paludica</i>	Serpentina; Verdemã- comum	Cobitidae		Pouco preocupante (LC)	III			B-II	Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959; Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro
<i>Gambusia holbrooki</i>	Gambusino; Gambúsia	Poecillidae	Exótica	Não aplicável (NA)					Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959
<i>Gasterosteus aculeatus</i>	Esgana-Gata	Gasterosteidae		Em perigo (EN)					Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959; Decreto-Lei n.º 278/87, de 7 de Julho
<i>Lepomis gibbosus</i>	Perca-sol	Centrarchidae	Exótica	Não aplicável (NA)					Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959; Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro
<i>Micropterus salmoides</i>	Achigã	Centrarchidae	Exótica	Não aplicável (NA)					Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959; Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro
<i>Chelon ramada</i>	Tainha-fataça; Muge	Mugilidae		Pouco preocupante (LC)					Lei n.º 2097, de 6 de Junho de 1959; Decreto-Lei n.º 278/87, de 7 de Julho
<i>Mugil cephalus</i>	Tainha-olhalvo; Muge	Mugilidae		Pouco preocupante (LC)					

Anexo 3 – Lista da Funga da RNPA

Ordem	Família	Género	Espécie	Notas
Filo Ascomycota				
Geoglossales	Geoglossaceae	<i>Geoglossum</i>	<i>Geoglossum cookeanum</i>	
Geoglossales*	Geoglossaceae	<i>Trichoglossum</i>		
Hypocreales	Hypocreaceae	<i>Hypomyces</i>	<i>Hypomyces cervinigenus</i>	Microfungo; Parasita
Lecanorales*	Cladoniaceae	<i>Cladonia</i>		Líquen; Complexo <i>Cladonia chlorophaea</i>
Lecanorales*	Parmeliaceae	<i>Usnea</i>		Líquen
Pezizales	Helvellaceae	<i>Helvella</i>	<i>Helvella crispa</i>	
Pezizales*	Helvellaceae	<i>Helvella</i>	<i>Helvella acetabulum</i>	
Pezizales*	Pyronemataceae	<i>Scutellinia</i>		
Pezizales	Pyronemataceae	<i>Humaria</i>	<i>Humaria hemisphaerica</i>	
Pezizales*	Sarcoscyphaceae	<i>Sarcoscypha</i>		
Filo Basidiomycota				
Agaricales*	Agaricaceae	<i>Macrolepiota</i>		
Agaricales	Amanitaceae	<i>Amanita</i>	<i>Amanita phalloides</i>	
Agaricales	Clavariaceae	<i>Clavaria</i>	<i>Clavaria fragilis</i>	
Agaricales*	Clavariaceae	<i>Clavaria</i>	<i>Clavaria acuta</i>	
Agaricales*	Clavariaceae	<i>Clavulinopsis</i>		
Agaricales*	Clavariaceae	<i>Ramariopsis</i>		
Agaricales	Entolomataceae	<i>Entoloma</i>	<i>Entoloma sinuatum</i>	
Agaricales	Hydnangiaceae	<i>Laccaria</i>	<i>Laccaria amethystina</i>	
Agaricales*	Hymenogastraceae	<i>Hebeloma</i>		
Agaricales*	Inocybaceae	<i>Inocybe</i>		
Agaricales*	Lycoperdaceae	<i>Lycoperdon</i>	<i>Lycoperdon perlatum</i>	
Agaricales*	Marasmiaceae	<i>Crinipellis</i>		
Agaricales*	Nidulariaceae	<i>Crucibulum</i>	<i>Crucibulum parvulum</i>	
Agaricales	Nidulariaceae	<i>Cyathus</i>	<i>Cyathus striatus</i>	
Agaricales	Omphalotaceae	<i>Gymnopus</i>	<i>Gymnopus fusipes</i>	

Ordem	Família	Género	Espécie	Notas
Agaricales*	Omphalotaceae	<i>Omphalotus</i>	<i>Omphalotus olearius</i>	
Agaricales*	Psathyrellaceae	<i>Coprinopsis</i>	<i>Coprinopsis lagopus</i>	
Agaricales	Schizophyllaceae	<i>Schizophyllum</i>	<i>Schizophyllum commune</i>	
Agaricales	Strophariaceae	<i>Leratiomyces</i>	<i>Leratiomyces ceras</i>	Espécie invasora
Agaricales*	Tricholomataceae	<i>Tricholoma</i>	<i>Tricholoma ustale</i>	
Boletales*	Boletaceae			
Boletales*	Hygrophoropsidaceae	<i>Hygrophoropsis</i>	<i>Hygrophoropsis aurantiaca</i>	
Boletales	Sclerodermataceae	<i>Pisolithus</i>	<i>Pisolithus arhizus</i>	
Boletales	Sclerodermataceae	<i>Scleroderma</i>	<i>Scleroderma citrinum</i>	
Cantharellales	Hydnaceae	<i>Cantharellus</i>	<i>Cantharellus cibarius</i>	
Geastrales*	Geastraceae	<i>Geastrum</i>		
Phallales	Clathraceae	<i>Clathrus</i>	<i>Clathrus ruber</i>	
Polyporales*	Meruliaceae	<i>Sarcodontia</i>		
Polyporales	Phaeolaceae	<i>Phaeolus</i>	<i>Phaeolus schweinitzii</i>	
Polyporales*	Polyporaceae	<i>Fomes</i>		
Polyporales	Polyporaceae	<i>Ganoderma</i>	<i>Ganoderma applanatum</i>	
Polyporales	Polyporaceae	<i>Lentinus</i>	<i>Lentinus tigrinus</i>	
Polyporales	Polyporaceae	<i>Lentinus</i>	<i>Lentinus arcularius</i>	
Polyporales*	Polyporaceae	<i>Trametes</i>		
Polyporales*	Polyporaceae	<i>Truncospora</i>		
Russulales	Russulaceae	<i>Lactarius</i>	<i>Lactarius sanguifluus</i>	
Russulales*	Russulaceae	<i>Russula</i>		
Russulales*	Stereaceae	<i>Stereum</i>	<i>Stereum illudens</i>	Espécie invasora

Anexo 4 – Tabelas das medidas e ações

Eixo 1: Comunicação e Sensibilização

1.1.1.- Plano de Comunicação e Marketing			
Descrição	A aproximação às comunidades e aos agentes-chave do território, bem como a garantia da gestão participativa através do modelo de cogestão é um dos principais objetivos da cogestão da RNPA. Uma boa estratégia de comunicação é essencial para a relação com as comunidades e agentes-chave sendo necessário estabelecer um diálogo fluído e claro de modo a se construir boas relações de confiança e parceria. Assim, a cogestão posiciona-se como estrutura de contacto e articulação com estes atores. É também um dos objetivos desta proposta de plano dar ênfase à reaproximação à às populações locais para que sintam uma maior proximidade com a área protegida e aos seus técnicos e gestores. Pela prioridade atribuída e consoante os desafios que abordam, estão discriminadas em algumas das seguintes ações (1.1.2; 1.1.3; 1.1.4; 1.1.5; 2.1.1; 2.1.2; e 2.1.3) algumas das medidas iniciais que integrarão este Plano de Comunicação e Marketing, cujo horizonte temporal deverá estender-se para além do período 2024–2026.		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental; Programa Cooperação Transfronteiriça Interreg VA Espanha-Portugal		
Prioridade	1 - Alta	Distribuição geográfica	Transversal
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	25 000 €
Coordenadores	Todos	Parceiros	-

Ação 1.1.2 – Ações de Formação			
Descrição	As ações de formação ambientais têm diversos objetivos, nomeadamente a educação e a consciencialização. O foco desta ação será a sensibilização do património cultural e natural da RNPA, e inclusive ter em conta os objetivos do desenvolvimento sustentável, através de: realização de palestras de sensibilização à população local; a promoção de workshops/oficinas e ateliês de formação; visitas de campo à Reserva e ao Centro de Interpretação com a comunidade estudantil (jovens e crianças) e outros programas educativos pertinentes.		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental		
Prioridade	1 - Alta	Distribuição geográfica	Transversal
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	10 000 €
Coordenadores	UC, ESAC, CM Coimbra e ICNF	Parceiros	-

Ação 1.1.3- Elaboração do material promocional			
Descrição	<p>Como forma de reforçar a presença na Reserva Natural do Paul de Arzila para o público externo, atendendo às expectativas dos empreendimentos turísticos do território, pretende-se reforçar a comunicação promocional do território, com recursos as novos e atrativos meios de comunicação, que despertem o interesse do público da RNPA. Também é importante adquirir uma exposição itinerante para as ações externas de divulgação da AP sendo que esta medida complementa a medida “1.1.1. - Plano de Comunicação e Marketing”</p> <p>O foco desta ação será a divulgação do património cultural e natural da RNPA através da: realização de alguns folhetos/brochuras promocionais; elaboração de um vídeo sobre a AP; e a criação de uma aplicação da Reserva.</p>		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental		
Prioridade	1 - Alta	Distribuição geográfica	Transversal
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	10 000 €
Coordenadores	Turismo	Parceiros	CM Coimbra

Ação 1.1.4- Participação em feiras e outros certames para divulgação da AP			
Descrição	<p>De modo que a divulgar a informação do que o que a RNPA pode oferecer ao nível do seu património natural e cultural pretende-se a participação em sessões participativas e feiras itinerantes.</p> <p>Adicionalmente, será necessário a aquisição de uma exposição itinerante, nomeadamente um roll-up e uma televisão portátil (ou algo interativo) para auxiliar a participação nestes eventos de divulgação da AP.</p>		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental; Programa Cooperação Transfronteiriça Interreg VA Espanha-Portugal		
Prioridade	1 - Alta	Distribuição geográfica	Reserva Natural do Paul de Arzila
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	35 000 €
Coordenadores	Todos	Parceiros	-

Ação 1.1.5 – Atividades Recreativas			
Descrição	<p>As atividades recreativas proporcionam oportunidades para as pessoas terem contacto com a natureza, aumentando a sensibilização e ao mesmo tempo, a saúde e o bem-estar. Estas atividades são também uma oportunidade de aumentar o turismo sustentável.</p> <p>Assim, um dos objetivos é realizar atividades recreativas nomeadamente caminhadas e outros tipos de passeios (ex. bicicletas) respeitando a zona de proteção total da AP.</p>		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental		
Prioridade	2 - Média	Distribuição geográfica	Transversal
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	10 000 €
Coordenadores	AAPA	Parceiros	CM Coimbra

Eixo 2: Valorização e Promoção do Território

Ação 2.1.1 – Parcerias com os atores locais			
Descrição	Um dos objetivos da cogestão da RNPA é a reaproximação às comunidades locais e aos agentes-chave do território, assim como a garantia da gestão participativa por meio do modelo de cogestão. Uma estratégia de comunicação aberta e regular com todos os interlocutores é fundamental para que a cogestão consiga cumprir os objetivos a longo prazo. Como tal, é necessário identificar os potenciais parceiros e apresentar propostas que beneficiem ambas as partes e em colaboração constante. É importante apostar na recuperação do património natural, cultural e material (p.e. as estruturas de visitação); dar a conhecer os seus valores e a sua importância; potenciar as ofertas ligadas a estes valores; e envolver os parceiros na participação pública da RNPA.		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental		
Prioridade	1 - Alta	Distribuição geográfica	Transversal
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	20 000 €
Coordenadores	AAPA	Parceiros	CM Coimbra, CM Condeixa e CM Montemor-o-Velho

Ação 2.1.2 – Valorização dos Recursos endógenos			
Descrição	A RNPA possui um património cultural inestimável começando pelas esteiras e cestaria até aos diferentes tipos de pesca tradicional. No entanto, com o tempo estas atividades foram sendo esquecidas. Posto isto, seria importante voltar a recuperar estas atividades tradicionais. Esta ação seria complementada com a “Ação 2.1.1 – Parcerias com os atores locais” de modo a criar parcerias para valorizar estas atividades; “Ação 1.1.2 – Ações de Formação” para divulgar e ensinar as pessoas quanto às práticas funcionais”; “Ação 2.1.3. – Ações de Capacitação” para capacitar os formandos sobre o património cultural da RNPA; e com a “Ação 3.2.2 – Beneficiação do Centro de Interpretação” para que o Centro de Interpretação tenha capacidade de receber as atividades que valorizem os recursos da Reserva.		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental; Centro 2030		
Prioridade	1 - Alta	Distribuição geográfica	Transversal
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	40 000 €
Coordenadores	AAPA UC	Parceiros	ICNF, CM Coimbra, CM Condeixa e CM Montemor-o-Velho

Ação 2.1.3.- Ações de Capacitação			
Descrição	As ações de capacitação são processos em que se adquire ou se aprimora alguns conhecimentos e/ou habilidades podendo desempenhar papéis multifacetados nas APs. Capacitar a população local é essencial para se ter uma gestão eficaz e adaptativa, apresentando um papel crucial na sensibilização e no envolvimento das pessoas com a AP. A RNPA possui um património cultural rico e vasto que se está a perder restando poucas gerações que podem transmitir esses conhecimentos (p.e. fabrico das esteiras e cestaria em vime). Esta ação terá como intuito a realização de ações de capacitação de modo a promover o património cultural da RNPA.		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental; Centro 2030		
Prioridade	1 - Alta	Distribuição geográfica	Reserva Natural do Paul de Arzila
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	20 000 €
Coordenadores	AAPA, UC e ESAC	Parceiros	ICNF, CM Coimbra, CM Condeixa e CM Montemor-o-Velho

Ação 2.2.1- Projetos científicos para monitorização e investigação			
Descrição	De modo a potenciar a oferta de atividades ligadas aos valores naturais e culturais e monitorizar o estado de conservação dos habitats e das espécies presentes na RNPA, assim como e fomentar o papel enquanto laboratório-vivo pretende-se delinear projetos científicos para a monitorização de espécies recorrendo também a plataformas de ciência-cidadã. Esta ação terá como objetivo a promoção da investigação científica ligadas aos valores naturais e culturais da RNPA atraindo principalmente os alunos das Entidades de Ensino Superior e será complementar com a “Ação 3.2.2 – Beneficiação do Centro de Interpretação”.		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental; Programa LIFE 2021-2027		
Prioridade	2 - Média	Distribuição geográfica	Reserva Natural do Paul de Arzila
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	30 000 €
Coordenadores	ESAC e UC	Parceiros	-

Ação 2.2.2– Promoção de atividades de voluntariado desenvolvidas ou relacionadas com a RNPA			
Descrição	Os objetivos das ações de voluntariado incluem contribuir para a consciencialização da conservação ambiental envolvendo a comunidade neste processo. Através da participação em atividades de voluntariado, as pessoas podem contribuir para o ecossistema local e, conseqüentemente melhorando a qualidade de vida da comunidade. As espécies invasoras podem ter conseqüências devastadoras, prejudicando os ecossistemas nativos seja por competição por recursos ou predação, alterando a biodiversidade e afetando o equilíbrio natural do ecossistema. Neste sentido, pretende-se realizar, ações de voluntariado desde a remoção de espécies exóticas invasoras contribuindo para a recuperação do ecossistema e para a sensibilização da consequência desta espécie no ecossistema.		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental; Programa LIFE 2021-2027		
Prioridade	1 - Alta	Distribuição geográfica	Reserva Natural do Paul de Arzila
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	10 000 €
Coordenadores	AAPA, CPADA, UC e ESAC	Parceiros	-

Eixo 3: Infraestruturas e Visitação

Ação 3.1.1 – Beneficiação e expansão da rede de percursos e caminhos			
Descrição	A introdução de novos percursos na RNPA tem como objetivo melhorar a experiência dos visitantes e promover a conexão com o património natural. Estas novas propostas irão permitir uma renovação da área estimulando o interesse pela Reserva, uma nova experiência aos visitantes, novas oportunidades de ecoturismo, a consciencialização ambiental e o envolvimento da população local especialmente do concelho de Montemor-o-Velho que está mais afastada a nível emocional da AP. Assim propõem-se a implementação do único percurso já existente e a ampliação do mesmo para a zona norte (zona da Moita, concelho de Montemor-o-Velho) e a criação de um percurso no concelho de Anobra (Lameira-de-Baixo) Para além disto é importante investir na beneficiação para criar condições mais propícias para a circulação dos peões e prevenção contra incêndios, sendo necessário investir na manutenção dos locais envolventes a estas infraestruturas.		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental		
Prioridade	1 - Alta	Distribuição geográfica	Reserva Natural do Paul de Arzila
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	50 000 €
Coordenadores	AAPA e ICNF	Parceiros	CM Condeixa e CM Montemor-o-Velho

Ação 3.1.2 – Reabilitação do Centro de Interpretação da RNPA

Descrição	O centro de interpretação tem como foco proporcionar aos visitantes várias informações sobre o Património Cultural e Natural da Reserva. Com o passar dos anos, a estrutura do centro de interpretação tem vindo a ficar degradada sendo que a sua reparação é necessária.		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental; Plano de Recuperação e Resiliência		
Prioridade	1 - Alta	Distribuição geográfica	Arzila
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	300 000 €
Coordenadores	ICNF	Parceiros	CM Coimbra

Ação 3.1.3 – Beneficiação da sinalética

Descrição	A interpretação dos valores naturais e culturais dos territórios é essencial para a melhoria da experiência dos visitantes, bem como para a própria preservação do património. Na RNPA é possível encontrar painéis interpretativos que abordam os temas relacionados com o património natural e cultural. Contudo estes painéis têm vindo a desgastar-se com o tempo e podem estar desatualizados. Assim, é fundamental recuperar, aprimorar e se necessário atualizar a informação associada a esses painéis. Para além dos painéis dedicados à interpretação, painéis de informação e sensibilização poderão também ser alvos de recuperação, melhoramentos e atualizações.		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental; Programa Interreg VA Espanha-Portugal		
Prioridade	1 - Alta	Distribuição geográfica	Transversal
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	20 000 €
Coordenadores	ICNF	Parceiros	CM Coimbra, UC e ESAC

Ação 3.2.1 – Beneficiação do Centro de Interpretação

Descrição	<p>O centro de interpretação da RNPA necessita de algumas melhorias dentro da sua estrutura: apesar de contar com uma sala de exposição com painéis que abordam diversos temas em relação à Reserva, esta encontra-se desatualizada e necessita de ser substituída por outros conteúdos expositivos, apostando-se em diferentes meios audiovisuais. Também é necessário investir na beneficiação e na atualização do laboratório de apoio dentro do Centro de Interpretação para que seja utilizado como apoio à investigação das instituições de ensino superior. Existe também a hipótese de se criar uma sala que poderá ser utilizada como ateliê para workshops ou outras atividades idênticas.</p> <p>Esta medida é complementar à “Ação 3.1.2 – Reabilitação do Centro de Interpretação da RNPA”</p>		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental; Programa Interreg VA Espanha-Portugal; Plano de Recuperação e Resiliência; Portugal 2030		
Prioridade	1 - Alta	Distribuição geográfica	Arzila
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	100 000 €
Coordenadores	ICNF, UC, ESAC e AAPA	Parceiros	CM Coimbra

Ação 3.2.2 – Substituição da torre de observação e substituição e criação de observatórios

Descrição	<p>A RNPA conta à sua disposição com uma torre de observação com passadiços e 2 observatórios</p> <p>A torre de observação e observatórios proporcionam oportunidades de apreciar vida selvagem e têm como objetivo melhorar a experiência dos visitantes, a segurança e minimizar a perturbação das espécies, assim como proporcionar uma oportunidade de educação ambiental podendo conter informações interpretativas, informativas e de sensibilização. É fundamental que estas estruturas desgastadas sejam substituídas por novas e que se crie mais dois observatórios.</p>		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental		
Prioridade	2 – Média	Distribuição geográfica	Reserva Natural do Paul de Arzila
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	45 000 €
Coordenadores	ICNF	Parceiros	CM Coimbra, CM Condeixa e CM Montemor-o-Velho

Ação 3.2.3 – Criação de novas portas de entrada na RNPA

Descrição	A instalação de novas portas de entrada pode trazer uma série de vantagens para a gestão eficaz, o acesso público e a promoção do valor de conservação da RNPA. Ao expandir as opções de aviso e de acesso à área protegida, facilita a perceção dos visitantes quanto à entrada na AP, e podem oferecer diferentes oportunidades para a educação ambiental e sensibilização. Como a única porta de entrada existente é o Centro de Interpretação de Arzila, seria importante investir em novas portas de entrada na freguesia de Anobra e Pereira, e que tenham em consideração a rede de percursos proposto na ação 3.1.1		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental; Programa Cooperação Transfronteiriça Interreg VA Espanha-Portugal		
Prioridade	2 – Média	Distribuição geográfica	Reserva Natural do Paul de Arzila
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	50 000 €
Coordenadores	ICNF, CM Coimbra, CM Condeixa e CM Montemor-o-Velho	Parceiros	-

Ação 3.2.4 – Instalação de um parque de apoio ao visitante

Descrição	A RNPA poderá beneficiar de um parque de apoio ao visitante ao promover o ecoturismo sustentável, atraindo novos visitantes, o que permitirá gerar novas receitas e também oportunidades de negócio. Este parque de apoio teria um lugar para estacionamento de autocaravanas, um auditório ao ar livre para atividades da população local, e também um parque de merendas renovado. Este espaço deve também fornecer informações educativas sobre a área protegida sendo que deve ser rodeado de painéis interpretativos, sinalização educacional e programas de interpretação ambiental contribuindo para informar os visitantes quanto ao património cultural e natural e o uso responsável e sustentável do território. Esta medida será enquadrada com a “Ação 2.1.1 – Parcerias com os atores locais”.		
Fontes de Financiamento	Fundo Ambiental; Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos; Plano de Recuperação e Resiliência; Portugal 2030		
Prioridade	3 - Baixa	Distribuição geográfica	Arzila
Distribuição temporal	2024-2026	Investimento previsto	200 000 €
Coordenadores	CM Coimbra, ICNF	Parceiros	AAPA